



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1217/11	DATA: 23/08/2011
INÍCIO: 15h21min	TÉRMINO: 20h03min	DURAÇÃO: 04h41min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h41min	PÁGINAS: 86	QUARTOS: 57

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MANOEL BENTO FLORES – Presidente da Aliança de Integração e Desenvolvimento dos Povos Indígenas de Roraima – ALIDECIR.
SÍLVIO DA SILVA – Presidente da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima – SODIUR.
REGINA APARECIDA DA SILVA – Produtora rural e representante da Associação dos Desintrusados de Roraima.
GENOR LUIZ FACCI – Presidente da Associação dos Arrozeiros do Estado de Roraima.
FARADILSON MESQUITA – Presidente da Federação das Associações de Moradores de Roraima – FAMER.
MÁRCIO JUNQUEIRA – Presidente do Instituto de Terras do Estado de Roraima – ITERAIMA.
VENCESLAU BRAZ – Representante de Roraima.
ALDO SCHNEIDER – Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.
IVANOR BOING – Prefeito do Município de Vitor Meireles, Santa Catarina.
FAUSTINO CARDOSO – Presidente do Sindicato da Agricultura Familiar de Vitor Meireles, Santa Catarina.
PAULO PEIXE – Médico Veterinário de Vitor Meireles, Santa Catarina.
MAYNARD MARQUES DE SANTA ROSA – General.
LYLIA DA SILVA GUEDES GALETTI – Professora da Universidade Federal de Mato Grosso.

SUMÁRIO: Debate sobre o seguinte tema: *discussão de denúncias publicadas na revista Veja, de 1º de junho de 2011, sobre o reflexo da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol nas populações indígenas e nos desapropriados da região, os estudos e os efeitos das demarcações de reservas indígenas no Brasil.*

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há orador não identificado em breve intervenção.
Há palavras ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Senhoras e Senhores, boa tarde.

Declaro aberta a reunião de audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, convocada para debater o seguinte tema: discutir as denúncias publicadas na revista *Veja*, de 1º de junho de 2011, sobre o reflexo da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol nas populações indígenas e nos desapropriados da região, os estudos e os efeitos das demarcações de reservas indígenas no Brasil.

Esta audiência pública foi proposta pelo Deputado Josué Bengtson, do PTB do Pará. Foram convidados para participar desta audiência os Srs. José Eduardo Martins Cardozo, Ministro da Justiça; Afonso Bandeira Florence, Ministro do Desenvolvimento Agrário; Jirair Aram Meguerian, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal; General Maynard Marques de Santa Rosa; Deputado Aldo Schneider, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Elói Ferreira de Araújo, Presidente da Fundação Cultural Palmares; Márcio Junqueira, Presidente do Instituto de Terras do Estado de Roraima – ITERAIMA; Ivanor Boing, Prefeito do Município de Vitor Meireles, Santa Catarina; Paulo José Brando Santilli, professor da Universidade Estadual Paulista – UNESP; Manoel Bento Flores, Presidente da Aliança de Integração e Desenvolvimento dos Povos Indígenas de Roraima – ALIDECIR; Sílvio da Silva, Presidente da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima – SODIUR; Genor Luiz Faccio, Presidente da Associação dos Arrozeiros do Estado de Roraima; Faradilson Mesquita, Presidente da Federação das Associações de Moradores de Roraima – FAMER; Faustino Cardoso, Presidente do Sindicato da Agricultura Familiar de Vitor Meireles, Santa Catarina; Paulo Peixe, Médico Veterinário de Vitor Meireles, Santa Catarina; Regina Aparecida da Silva, produtora rural e representante da Associação dos Desintrusados de Roraima; José Raimundo Schvartz de Quadros, agricultor de Roraima; Vilson Alves Bezerra, agricultor de Roraima; Raimundo Cardoso de Jesus Sobrinho, agricultor de Roraima; Celina Soares Cardoso, agricultora de Roraima; Ailton Cabral, agricultor de Roraima; Aila Maria Art Santos, agricultora de Roraima; João Mafra, agricultor do Município de



Vitor Meireles, Santa Catarina; Marcos Apurinã, coordenador do COIAB, Manaus, Amazonas; Romancil Gentil Cretã (Kaingan), coordenador do ARPINSUL, Curitiba, Paraná; Timóteo Vera (Guarani), coordenador do ARPIN SUDESTE, São Paulo; Anastácio Peralta (Guarani Kaiowá), coordenador do Atiguaçu, Dourados, Mato Grosso do Sul; Manoel Uilton dos Santos, (Uilton Tuxá), coordenador do APOINME, Recife, Pernambuco; Ramon Vieira de Souza, coordenador do ARPIPAN, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Informo aos Srs. Parlamentares que os expositores terão o prazo de 10 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar quaisquer dos presentes.

Nós vamos iniciar a reunião com a apresentação do vídeo produzido pela *TV Bandeirantes*. Logo após, dividiremos a apresentação dos convidados por bloco, e cada bloco será chamado a fazer parte da Mesa.

Iniciamos agora a apresentação do vídeo.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Vamos dar continuidade, então.

Como primeiro bloco, convido para tomar assento à mesa os senhores representantes indígenas de Roraima: Manoel Bento Flores, Presidente da Aliança de Integração e Desenvolvimento dos Povos Indígenas de Roraima — ALIDECIR, e Sílvio da Silva, Presidente da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima — SODIUR.

Com a palavra o Sr. Manoel Bento Flores, por 10 minutos.

O SR. MANOEL BENTO FLORES - Em primeiro lugar, quero agradecer à Comissão, que passou o convite para mim até a fronteira de Pacaraima.

Quero cumprimentar todos os Deputados Federais e Senadores que estão presentes.

Estou aqui trazendo problema que assombra e turba o horizonte roraimense. Manoel Bento Flores não mora na área Raposa Serra do Sol. O Flores mora na área



Samarco, que foi demarcada no ano de 1990. Depois da demarcação, na área Samarco, a maioria das comunidades indígenas das tribos taupã e macuxi vive se lamentando do que o Governo Federal fez. O Governo Federal mostrou mau exemplo. Como? Deixando os indígenas abandonados. O Governo Federal e o Presidente da FUNAI foram nomeados para atender às necessidades das comunidades indígenas, levar projeto para todas as comunidades indígenas, dar assistência às comunidades indígenas. Até o presente momento, não vejo apoio nem da parte do Governo Federal, nem do Presidente da FUNAI. As comunidades indígenas se lamentam.

Por isso, as comunidades são praticantes da agricultura. Nós praticamos a nossa convivência, o nosso trabalho. Da agricultura nós tiramos o nosso sustento.

O IBAMA, órgão do Governo Federal, passou por dentro da terra Samarco, viu onde as comunidades indígenas estavam lavrando. O IBAMA desceu de helicóptero e multou as comunidades indígenas na área Samarco, onde nós trabalhamos, de onde nós tiramos o nosso alimento.

No ano de 2001 a 2002, o IBAMA multou a comunidade em R\$ 9.750, um dinheiro que ninguém viu, que as comunidades indígenas não conhecem, nunca receberam todo esse dinheiro. É um problema sério.

Processaram-me duramente. Fiquei respondendo por 2 anos. No ano de 2007, aumentou para R\$ 21.221.

Recentemente eu passei na inspetoria do IBAMA. Antes de vir para cá, ainda procurei o nome da floresta. Está na Justiça. O representante disse: *“Até agora você tem 30 mil”*. E por quê? Eu pergunto para o Plenário, Deputados e Senadores: por que a FUNAI, o Governo Federal, demarca uma terra e multa e processa? Que tipo de trabalho o Governo Federal está fazendo com as comunidades indígenas? Isso nós não aceitamos.

Por isso, o nosso representante ou a Comissão se lembrou das comunidades indígenas, que moram em suas terras. As terras foram demarcadas para elas, e não para processar as comunidades indígenas, não para punir, não para condenar.

Eu passo essa multa para o Presidente da FUNAI, para que ele mexa em seu bolso e cancele essa dívida. Eu não quero ver o meu nome na Justiça.



Também temos uma série de problemas. Aqui está a multa. Como nós falamos, falamos sobre contrabando de gasolina. Todo mundo presenciou. Alguns comentaram, dizendo que o indígena Manoel Bento Flores estava contrabandeando. O Juiz Helder Girão Barreto mandou 60 policiais federais à minha casa. Prenderam-me. Eu passei 8 dias na cadeia pública. Inocentemente, eu fui condenado. Fiquei respondendo processo por 2 anos.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu quero que vocês tomem conhecimento disso. O indígena não tem avião para transportar gasolina; o indígena não tem carro para transportar gasolina, mas a mentira me condenou. Está aqui o processo.

O IBAMA sempre chega às comunidades indígenas. O desenvolvimento levou ... Os indígenas comparam motosserra. Tiram madeira para a parede das suas casas. A Polícia Federal passa e prende o indígena. O indígena fica preso na penitenciária como criminoso. Passa 40 dias.

Para nós, isso é um problema sério. Cadê o Presidente da FUNAI? Cadê o coordenador para resolver o problema dos indígenas, para dar apoio aos indígenas? São vários problemas.

Aqui, no Município de Pacaraima, as nossas comunidades estão sendo perseguidas pela Polícia Federal. Agora, eu convido a Comissão, pois me mandaram um convite. Eu convido a Comissão, dentro de brevíssimos dias, a fim de que ela vá até Pacaraima, onde eu estou. Queremos conversar porque temos problemas, temos pais de família se lamentando, derramando as suas lágrimas, porque o filho vai ser punido sem motivo nenhum. Quem vai gostar desse tipo de coisa?

Senhores, Dr. Romero Jucá, que sempre passa lá, temos esses problemas. O senhor está presenciando, o senhor está ouvindo. Tudo isso eu já passei. Eu acredito que todas as autoridades vão tomar conhecimento e solucionar nossos problemas.

Falamos da Polícia Federal. Temos uma balança, eles têm lá, na chegada do Município de Pacaraima. Muitas vezes os índios ficam detidos, porque a Polícia Federal saiu do colégio, fez curso, mas não conhece quem é o indígena. Eles deixam o índio detido por 3 horas ou 5 horas. Depois eles vão aprofundando: "Você



mora onde?”, “*Onde é sua aldeia?*”. “*Eu sou de lá.*” Depois de deixarem o indígena detido, liberam o indígena. Isso nós não queremos.

Senhores, entendam bem. Se as lideranças do Governo não entenderem, a nossa luta continuará, combatendo esses tipos de crime que as nossas polícias estão fazendo com os indígenas. E o IBAMA está processando os indígenas, mandando os indígenas para a cadeia pública, para as penitenciárias, 40 dias, deixando as suas famílias, crianças...

Quero deixar bem claro: somos praticantes de agricultura. É de agricultura que nós vivemos. Eu sentei aqui no restaurante, vi tomate, verdura, vem da agricultura! A nossa convivência é essa.

Então eu digo, com todo o respeito, como da tribo taurepang, respeitando esta Casa, os senhores que estão sentados, que eu acredito que já ouviram, já gravaram, muitos já gravaram isso. Então, vocês têm que meditar.

Mais uma vez eu convido esta Comissão, que passou o convite para mim, através do Deputado Federal Sr. Paulo Quartiero. Sr. Paulo, eu estou convidando a Comissão. A viagem foi longa de lá para cá, achei pesado. Para a gente trazer ofício, algumas denúncias, e voltar sem nada, isso não é bom. Então, eu convido a Comissão para que chegue até a Comunidade Sorocaima I. Sr. Paulo, peça a Comissão que escolha. Eu estou apontando a minha comunidade para que cheguem até lá. Não é na Câmara dos Vereadores, não é no Malocão. Eu quero esta reunião na minha comunidade. Lá eu quero conversar, esclarecer o que está acontecendo com as nossas comunidades.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Em seguida, com a palavra o Sr. Sílvio da Silva, também por 10 minutos.

O SR. SÍLVIO DA SILVA - Primeiramente, quero agradecer a Deus, agradecer a todas as autoridades que aqui se encontram, por esse belo convite que foi feito à minha pessoa como Presidente de uma organização. Para alguns Parlamentares que não me conhecem, meu nome é Sílvio da Silva, macuxi, nascido em 1966 na Raposa Serra do Sol, onde passei toda a minha infância, desde criança, adolescente e jovem.



Quero dizer a V.Exas., a toda a bancada federal, aos políticos, vamos dizer assim, quero me expressar com as minhas palavras, não falando as coisas difíceis como os senhores falam, como as pessoas estudadas, como as pessoas formadas para isso, que aqui estão.

Também quero dizer que aqui estou para somar, na medida do possível, a respeito da nossa terra indígena Raposa Serra do Sol e Samarco. Para mim, eu tenho orgulho de ser brasileiro; para mim, eu tenho vergonha de vir representar a terra indígena Raposa Serra do Sol como um brasileiro, como uma pessoa documentada, como uma pessoa titulada, que tenha o seu título, que vote.

Cada um dos senhores que estão aqui como Senador e como Deputado Federal tem o nosso voto, o apoio dos nossos povos indígenas de Samarco e Raposa Serra do Sol. Mas eu quero dizer a V.Exas. que hoje nós, na Raposa Serra do Sol, com essa demarcação, temos essa terra de 1 milhão e 700 mil hectares, que os senhores não conhecem, como passou, na imagem, aquela terra desativada, aquela terra miserável que lá ficou, aquela terra em que mais nada se produz, aquela terra que não tem mais o progresso, que não tem mais o desenvolvimento, que foi uma terra demarcada para se criar lá dentro uma miséria, para se criar lá dentro uma — como posso dizer? — tristeza. O que se criou lá dentro é pobreza, porque foi uma demarcação, para mim, inútil, uma demarcação sobre a qual não foram ouvidas todas as populações indígenas, não foram ouvidos todos os brasileiros de Roraima, foi ouvida meia dúzia.

Para quem está ouvindo, eu queria que o Presidente da FUNAI, o representante da FUNAI e os representantes de outros Estados soubessem que na Raposa Serra do Sol está tudo bem, que lá os indígenas hoje estão vivendo bem, depois da retirada dos nossos companheiros brasileiros, que deixaram de ser brasileiros, como vi o Sr. Galego ali se lamentando, com lágrimas derramando dos seus olhos.

Ali, quando ele nasceu, na Raposa Serra do Sol, teve toda a sua infância, construiu a sua família, o seu bem lá dentro, e foi desrespeitado como cidadão brasileiro, como muitos e muitos dos nossos parentes estão deixando a sua terra. Por quê? Quero dizer a V.Exas., Srs. Deputados Federais, Senadores, FUNAI, Deputados de outros Estados, aqui de Brasília, de Mato Grosso, Rondônia, Macapá,



enfim, que nada para nós se desenvolveu, que nada na Raposa Serra do Sol cresceu.

Hoje nós temos a falta de estradas, de pontes, de educação, de saúde, porque vocês veem, pela conversa de meia dúzia, que está tudo bem, vocês veem pelos jornais e pela televisão que na Raposa Serra do Sol está tudo bem, mas isso é meia dúzia que vem apresentar, que diz que representa todos os indígenas. Isto eu não admito: que venha uma organização, uma meia dúzia, representar todos os indígenas de Roraima, porque não são assim as coisas!

Isso não é menos verdade! Eu digo isso porque trabalho com 9 mil indígenas, trabalho com 50 lideranças, tuxauas das comunidades. Vivo o dia a dia a andar naquela estrada. Cadê a estrada de Roraima? Cadê a estrada de Raposa Serra do Sol? Cadê a estrada de Samarco?

Está passando aí no telão que as pessoas não podem mais tirar uma piçarra para ajeitar a estrada, que é de livre acesso aos povos indígenas, não podem mais tirar. Por quê? É do Governo Federal. Por quê? É da União. Vejo o meu tuxaua aqui falando que foi preso dentro da terra dele, dentro da casa dele. Que desrespeito!

Quero dizer a V.Exas., aos senhores, às mulheres autoridades, com a competência que vocês têm, que vejam esse lado de nosso Estado de Roraima, esse lado — não posso nem dizer — dos indígenas, esse nosso lado, como companheiros iguais a vocês.

Eu posso dizer que o meu sangue não muda o sangue de vocês; o sangue que corre na veia de vocês é o mesmo que corre na minha. Então nós queremos respeito, nós queremos que olhem para Roraima, nós queremos que tenha emprego em Roraima, para que o nosso povo não venha para o lixão brigar com os urubus. Nós queremos que vocês olhem isso e tratem isso com carinho, com dignidade, com respeito. Nós caboclos somos seres humanos que sabemos o que queremos. Nós queremos trabalhar com a tecnologia; nós queremos trabalhar como em Mato Grosso do Sul, como em Goiás, como em Goiânia, que têm a pecuária e têm a agricultura. É isso que nós queremos. Nós não queremos ficar isolados.

Os índios não andam de rabo, não. Nós somos indígenas que sabem o que querem; nós somos caboclos que sabem o que querem. Nós queremos ter uma convivência pacífica no nosso Estado. Que brasileiros somos nós? Que país é este



em que estamos vivendo? Nós temos tanto ouro e diamante e vivemos em uma terra miserável! Nós temos tanto ouro e diamante, e ninguém pode trabalhar! Não pode tirar sequer uma pedra de ouro, uma pedra de diamante, porque a terra é federal, é da União. Que União é essa? É da Itália? É da América? É da Suíça? É da Holanda? Será que isso está certo para nós?

Nós vivemos num país que se chama Brasil. Onde estão as autoridades? Como nós ficamos, se nos olham com maus olhos? Quando chegam, dizem: *“Ah, o índio é preguiçoso. O índio não quer nada”*.

Sim, foi demarcada e homologada a Raposa Serra do Sol. Deixaram 1 milhão e 700 mil hectares, mas sequer não tem nenhuma oportunidade para os indígenas trabalharem, não dão sequer uma máquina na mão dos indígenas para trabalharem. Deixaram lá as terras, os arroteiros todos saíram. Hoje, o que está acontecendo? Nada. Ninguém produz nada, porque o índio não pode plantar. O índio não pode fazer uma plantação de grande escala para transportar e comercializar, porque não pode, a terra é da União, a terra é federal.

Que terra federal é essa? O que nós estamos fazendo em cima dessa terra? Cadê os empregos daqueles que trabalhavam com os fazendeiros, com os agricultores? Cadê? Vocês viram aí agora, estão lá no lixão, porque não têm como arranjar emprego dentro das comunidades indígenas. Os governantes do passado não deram essa oportunidade, nem os governantes do presente não fizeram nem estão fazendo isso. Como disse aquela parenta lá, não pode; se vai atrás de um emprego, não pode, porque o grau de estudo é baixo.

Então tem que ser só gente grande, como vocês que estão aqui, homens grandes, homens de competência, homens para serem respeitados. Mas também nós precisamos de respeito na nossa terra indígena Raposa Serra do Sol, porque de lá foram expulsos os nossos companheiros indígenas como se fossem invasores. Esse povo que saiu de lá é um povo, como se diz, “poluidor da terra”.

Mas eu quero dizer uma coisa de forma bem clara aqui: quem poluiu a mente de alguns dos nossos parentes se chama Igreja Católica, foi o padre que poluiu isso, que fez essa grande safadeza, que fez uma grande baderna e deixou o povo com a mente poluída. E nunca mais quiseram tirar isso da mente.



Então eu quero dizer aqui, em nome da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima — SODIUR, eu, Sílvio da Silva, macuxi, nascido na terra indígena Raposa Serra do Sol, eu vou estar sempre dizendo, eu vou estar sempre falando desta razão, desta maneira. Enquanto não houver... Se não tomarem outra atitude, outra direção para Raposa Serra do Sol, nós vamos nos unir com quem quiser e vamos brigar pela Raposa Serra do Sol, que nós não queremos dessa forma. Pode ser lá qual for o Parlamentar que vá brigar contra nós, mas nós vamos botar o pé na parede e enfrentar isso aí, porque ninguém aceita isso, é vergonhoso.

Para mim é uma tristeza. Com a retirada de todo o mundo, deixaram dentro da Raposa Serra do Sol essa doença, um câncer. Pelo amor de Deus, vamos olhar isso com bons olhos, vamos respeitar nossos parentes indígenas que estão sofrendo!

É isso o que quero, com as minhas poucas colocações, deixar aos senhores. Isso para nós não está bom. Raposa Serra do Sol não tem produção, não tem progresso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Com todo o respeito, desfaz-se o primeiro bloco. Convido para tomar assento à Mesa os senhores representantes da desintrusão na área da Raposa Serra do Sol.

Antes, porém, eu gostaria de registrar a presença do Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

Convido para compor a Mesa a Sra. Regina Aparecida da Silva, produtora rural e representante da Associação dos Desintrusados; o Sr. José Raimundo de Quadros, agricultor de Roraima; o Sr. Raimundo Cardoso de Jesus, agricultor de Roraima; a Sra. Celina Soares Cardoso, agricultora de Roraima; Aílton Cabral, agricultor de Roraima; Aila Maria Santos, agricultora de Roraima; e Vílson Alves Bezerra, agricultor de Roraima. A presença dos senhores à Mesa é uma forma de homenagear os nossos agricultores.

Com a palavra, por 10 minutos, a Sra. Regina Aparecida, que falará em nome de todos deste bloco.



A SRA. REGINA APARECIDA DA SILVA - Boa tarde a todos. Eu gostaria de passar um vídeo sobre a família do Sr. Paraná, que vai servir de exemplo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esta é a publicação do Governo Federal, que fez muitas promessas e buscou soluções que satisfizessem toda a população do Estado, por meio de políticas públicas, estímulo à produção e inclusão social: *“Nenhum ocupante de boa-fé será retirado antes de receber indenização e de ter designada uma nova área para o seu reassentamento”*.

Esta é a família do Sr. Paraná, que está presente aqui com a gente. Esta é a história dele. Ele mora lá há muitos anos, casou-se com uma indígena, e seus filhos têm registros indígenas. Esta é a filha dele.

O Sr. Paraná vivia tirando leite e cuidando do gado. Vendia o leite em Pacaraima, de porta em porta, e foi expulso de sua área. O Dr. Jirair fez um acordo com ele, e definiu-se que ele poderia ficar. Índio casado com não índia, ou vice-versa, poderia ser mantido na área. Mas isso não aconteceu.

Aqui o termo de permanência. O Dr. Jirair, junto a uma comitiva, quando esteve em Roraima, prometeu muita coisa e disse que poderiam ficar. O termo de permanência atestava que ele e sua família poderiam continuar no local onde estavam.

Conforme decisão do Exmo. Sr. Carlos Ayres Britto, do colendo STF, as famílias indígenas não deixarão a Raposa Serra do Sol.

A seguir as autoridades: Dr. Jirair; Dr. Lincoln, advogado da União; o Procurador da República e o Coordenador da FUNAI, Sr. Djalma.

Esta é a assinatura do Dr. Jirair.

O Governo do Estado de Roraima, a Secretaria de Estado de Segurança, o Departamento Jurídico do Interior, a Delegacia Policial de Pacaraima.

Boletim de Ocorrência. Este Boletim de Ocorrência foi emitido quando da expulsão do Sr. Paraná. Ele estava na área, permanecia lá, havia um termo que permitia que ele continuasse morando, mas, mesmo assim, ele foi expulso junto com sua família. Eu queria que ele contasse para vocês o que aconteceu no dia da expulsão.



O SR. PARANÁ - Boa tarde a todos. Chegaram quatro agentes da FUNAI e o tuxaua (*ininteligível*). Eles disseram para mim que iam mudar a comunidade deles para dentro do meu terreno. Eu disse que não aceitaria aquilo ali. Eles falaram que esse documento não tinha importância nenhuma para a comunidade deles, não valia nada e podiam fazer aquilo. Eu fiquei desesperado e liguei para o tuxaua Anísio Pedrosa para ele vir me ajudar a não deixar me tomarem o terreno. Eu investi muito lá dentro. Aí o Anísio chegou com o delegado da Federal e o Girica, da Prefeitura. Entraram numa discussão o Anísio e o outro tuxaua. Os dois tuxauas discutiram para ficar com a minha propriedade. Eu falei: *“Como é isso aí?”* Aí o Anísio conversou com o delegado. Voltou de lá para cá e falou: *“O horário está passando e não pode passar das seis horas da tarde; o senhor tem 20 minutos para jogar as coisas todas em cima do trator e ir embora”*. Aí o pessoal todo jogou as coisas, quebrou tudo, televisão... Foi tudo embora. As crianças saíram, cada uma de um quarto, numa bicicleta. Ficou um bebezinho de braço, que não tinha 30 dias de nascido, em cima da carroça. Não havia onde a mulher se segurar. Nisso o delegado já tinha chamado o pessoal dele, embarcado na viatura e ia indo embora. Aí eu pedi que o trator parasse e saí correndo atrás da viatura para pedir que levassem a mulher, senão ia matar a criança. Ele falou: *“Tem criança, é?”* Eu falei: *“Mas doutor, o pessoal está filmando desde o começo e não viu?”* Foi a hora em que saímos de lá. Quando voltamos, no outro dia, para retirar o gado, o gado já não estava mais certo. Tinha gado machucado, que vai ser mostrado aí. Então, tinha gado machucado, morreu uma vaca na porta de casa, na rua, e outra morreu ao lado, uma novilha, mas não tinha mais ninguém lá. Ela morreu à noite. No outro dia amanheceu morta. Quer dizer, eu perdi gado espancado e tudo. Fiz um investimento alto, porque acreditei no documento. Perdi tudo. Dizem que foi de má-fé. Tenho o registro indígena da mulher, dos meninos, e tudo foi de má-fé. Onde vamos botar fé nesse lugar? Está tudo aí: o registro da minha esposa, dos filhos. Nada valeu. Obrigado.

A SRA. REGINA APARECIDA DA SILVA - Então, gente, essa foi uma das coisas que aconteceram. O termo apresenta a permanência do Tribunal de Justiça da Primeira Região. A FUNAI também participou. Quer dizer, de todos os acordos que foram feitos nada foi cumprido. A única coisa que foi cumprida, na realidade, foi



a nossa expulsão. Lá, como o Sr. Paraná, há centenas. Como o Sr. Paraná, outros foram expulsos. Invadiram suas casas, bateram neles. São milhares. Vocês me desculpem, mas é uma ferida, sim. Sentimos isso no sangue, nas veias. *(A oradora se emociona e chora.)*

O Sr. Joaquim Correia, de 87 anos; o Sr. Domício Cruz foi expulso de São Marcos. Não queria problema. Largou tudo, uma vida. Comprou uma área, titulou, fez tudo na Raposa Serra do Sol e foi expulso novamente de lá. O que o INCRA fez? Deu um pedacinho de terra para ele numa área que está *sub judice*. Ele demarcou novamente numa arezinha. Ele está lá sem documento dessa área, sem poder tirar um financiamento. Quer dizer, gente, são pessoas. Eu sou filha de produtor, de agricultor. As pessoas trabalham uma vida inteira para, quando chegarem aos seus 70, 80 anos, terem que recomeçar? Cadê o vigor? Não têm mais. Tomaram a nossa aposentadoria. O que o Governo Federal quer fazer com a gente, com o nosso Estado? Eu não nasci em Roraima, mas eu amo aquela terra. *(Palmas.)*

(Intervenções fora do microfone. “Querem entregar para os estrangeiros, é isso que querem!” “Para as ONGs!” “Querem entregar para as ONGs!”)
(Palmas.)

A SRA. REGINA APARECIDA DA SILVA - Então, essa história do Sr. Paraná não é só dele. Todas as pessoas que foram expulsas da Raposa Serra do Sol estão na mesma situação. Podem dizer que o fulano de tal está reassentado. Vá visitá-lo. Vá ver a maneira como ele está lá, jogado. Nós estamos nos arrastando. Nós estamos sendo humilhados. Nós somos trabalhadores, não somos bandidos, não. Compramos e pagamos as nossas terras. A grande maioria tinha título definitivo. A maioria tem posse de boa-fé. O que querem fazer com o nosso Estado? Será que vão esperar que todos os velhos morram para tomarem uma decisão? Todos tinham seus lugarezinhos na fazenda. O Sr. Lourenço Hartz, que tem 10 filhos, depois disso, ainda levou uma multa estrondosa. Quase todos levaram multa. O Sr. Joaquim Correia, o dono do Caracaranã, levou multa após a demarcação. Disseram que isso não ia acontecer. Fazem mil e um acordos. Nós estávamos nas nossas casas, fomos a uma reunião de que participou um representante do Governo Federal, da FUNAI, e disseram para a gente que iriam nos ajudar, que fariam uma audiência aqui em Brasília. Com alguns comerciantes, fizemos uma cota, juntamos,



compramos passagem para 12 pessoas e viemos a Brasília. Isso no dia 28 de junho. Vieram 12 pessoas. Havia representantes da FUNAI, do INCRA e vários outros representantes. Fizemos um termo, e disseram que iam arrumar uma área, que iam nos reassentar, com termo de compromisso e tudo, e até hoje nada. Nenhum termo foi considerado. A única coisa da homologação do decreto cumprida foi a nossa expulsão.

Eu queria dizer a vocês que são vocês agora que podem nos ajudar. São vocês que podem deixar essas centenas, essas milhares de pessoas que já estão numa fase mais avançada pelo menos morrerem em paz, num lugar digno e permitir que seus filhos prosperem no nosso Estado. Nós não queremos abandonar Roraima. Queremos o direito de trabalhar. É só isso que nós queremos.

Eu queria que rodassem o restante do vídeo, por favor.

Estas são as vacas do Sr. Paraná. Invadiram sua terra e mataram o seu gado. É assim que nós fomos tratados, como se fôssemos bandidos. Hoje ele vive em Pacaraima. Estão lá as vacas no meio da rua, comendo no quintal de um e de outro, de qualquer jeito, tentando sobreviver. Vejam onde ele está vivendo hoje, a casinha dele, depois de anos de trabalho. Estes são os filhos dele o acompanhando, aí, no meio da rua.

Este é o nosso Estado, no que ele se transformou após a demarcação da Raposa Serra do Sol.

Este é o Sr. Aílton Cabral, outro lutador. Acho que esse homem uma hora vai ficar doido de andar de porta em porta, dizendo: *“Tenho este termo de compromisso”*. Vai ao Estado, vai à União, vai a todo lado, federal, estadual, e dizem assim: *“Essa assinatura, esse acordo não vale nada”*. Se não vale nada o acordo, Dr. Jirair, então nós podemos voltar para Raposa Serra do Sol. Se não vale nada para nos reassentar, para nos dar uma vida digna, por que para nos jogar na miséria valeu?

O Sr. Aílton está querendo voltar, porque até agora nada. Passaram-se mais de dois anos. Eu peço a vocês encarecidamente... Vocês têm pai e avós. Imaginem os seus avós, seus pais nascerem num lugar, construírem, levantarem de sol a sol, vocês levarem comida para ele na roça e, de repente, serem expulsos da área sem indenização, sem reassentamento. Pensem com o coração, como se fosse o pai de



vocês, ou os avós de vocês, nessa situação. Vocês vão sentir um pouquinho do que a gente sente. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Isso porque a Regina está usando a camiseta *Brasil de Todos*.

Vamos para o próximo bloco. Com todo o respeito, vamos desfazer o segundo bloco.

Convido para tomar assento à Mesa os Srs. Genor Luiz Faccio, Presidente da Associação dos Arrozeiros do Estado de Roraima; Faradilson Mesquita, Presidente da Federação das Associações de Moradores de Roraima — FAMER; Márcio Junqueira, Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima — ITERAIMA, e Rosane Kaingang, representante da APIB.

Neste bloco vou passar a palavra ao Sr. Genor Luiz por 10 minutos.

O SR. GENOR LUIZ FACCIO - Boa tarde, Presidente Celso, em nome de quem quero cumprimentar todos aqui presentes.

Como foi dito, sou Presidente da Associação dos Arrozeiros do Estado de Roraima. Quero apresentar alguns números que nós temos aqui no gráfico.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Como foi dito anteriormente, o Governo Federal, na época da homologação, criou vários itens. Num dos itens, ele fala que a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol é a solução para os problemas que se arrastavam há mais de duas décadas e faz parte do conjunto de medidas do desenvolvimento do Estado de Roraima.

Eu gostaria que mudassem o quadro para seguirmos em frente, por favor. Aqui temos o número de hectares. Antes da homologação, tínhamos plantados uns 25 mil hectares. Depois da homologação, plantamos somente 9 mil hectares. Tivemos uma quebra de 63% na nossa quantidade de hectares. A nossa produção, antes da homologação, era de 3 milhões, 250 mil sacos. Após a homologação, a nossa produção foi para 1 milhão e 200 mil sacos. Tivemos uma quebra também de 63%.

Quero dizer que, antes da homologação, nós tínhamos uma quantidade de subprodutos que era suficiente para abastecer o mercado de Roraima com ração para peixes, porcos e galinhas da nossa região. Hoje temos que importar de outros



Estados farelo de trigo, milho e até farinha de mandioca. Depois da homologação, nós perdemos o mercado do arroz que tínhamos: Manaus e Roraima. Perdemos esse mercado por falta de demanda.

Antes da homologação, gerávamos 1.200 empregos diretos. Depois da homologação, estamos gerando somente 600 empregos diretos. Aqui quero fazer um comentário. Antes da homologação, esses 1.200 empregos eram fixos. Os funcionários eram contratados durante todo o ano, porque as áreas que a gente cultivava não alagavam. Nós plantávamos mais de duas safras por ano — mais de duas safras por ano. Agora, as terras em que estamos plantando são áreas sujeitas a inundação. Temos 600 empregados contratados, e alguns ainda são empregados temporários.

Aqui nós temos a área plantada de soja e milho. Antes da homologação, chegamos a plantar 15 mil hectares; hoje estamos restritos a 5 mil hectares de soja no Estado de Roraima.

Houve reflexo na economia do Estado após a demarcação, o que, é lógico, todo o mundo sabe.

Aqui tenho um quadro do IDEFER, Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima.

Nosso Estado tem 22.429.898 hectares. Esses dados do IDEFER mostram que temos, como área disponível para a agricultura, 5.842.400 hectares. Pegando-se esse número referente a hectares de área disponível e aplicando-se a lei ambiental, que exige a retirada da APP e da reserva legal, nós teríamos um saldo de 1.432.551 hectares, sendo que, desse área, teríamos 823.211 hectares de savanas e 609.340 hectares de florestas.

A área hoje disponível no Estado para corte raso e agricultura seria de 1.432.551 hectares.

Mas eu quero deixar aqui bem claro que o nosso Estado de Roraima não tem só coisas ruins. Nós temos terras boas, nós temos sol, nós temos água, nós temos logística para plantar soja, temos um porto a mil quilômetros de Boa Vista. Portanto, não há só coisa ruim, mas nós precisamos que as autoridades nos deem uma força.

Aqui está a multa. Na época da homologação, além de nós termos sido expulsos, não reassentados nem indenizados, nós fomos multados. E as multas são



arbitrárias, pois fomos multados mesmo com licença ambiental dos órgãos competentes. Assim mesmo nós estamos aqui discutindo o problema.

Quero dizer ainda que alguns produtores que conseguiram terra para arroz irrigado fora da Raposa Serra do Sol hoje estão correndo risco de perder as suas áreas para o Instituto Chico Mendes, que tem intenção de criar um parque chamado Unidade de Conservação do Lavrado.

Bem, gente, era só isso que eu tinha para falar. Queria deixar meus agradecimentos aqui. Boa tarde.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Dando continuidade, passo a palavra agora ao Sr. Faradilson Mesquita, Presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado de Roraima - FAMER.

O SR. FARADILSON REIS DE MESQUITA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, como foi dito na nossa apresentação, eu sou líder comunitário. Na verdade, o que foi narrado aqui pelas comunidades indígenas, pelos produtores...

Antes de falar sobre a nossa palestra, eu gostaria de simplificar um sentimento dos roraimenses. Roraima é como se alguém chegasse com um copo de leite e um copo de café e, de repente, alguém falasse: *“Não, ponha um terceiro copo e ponha leite e café juntos.”* Foram lá, misturaram, e se tornou café com leite.

O Governo Federal olhou para o povo de Roraima e não disse a química, como poderia, depois de se tornar café com leite... Nós somos um povo de brancos, de negros, de famílias que se uniram e há mais de 150 anos vivem pacificamente. E aí nós somos surpreendidos com uma política do Governo Federal, com uma política fomentada... Em nenhum Estado do nosso País há tantas ONGs como no Estado de Roraima, há tanta influência estrangeira quanto no Estado de Roraima. Hoje tentam dividir a nossa população.

Eu quero mostrar aos senhores que, ao contrário do que muitos falavam sobre a resistência da sociedade roraimense em relação à Raposa Serra do Sol, não era uma resistência de meia dúzia de produtores, era uma resistência de um povo, de uma sociedade e de um Estado.

(Segue-se exibição de imagens.)



Vou mostrar aos senhores. Este é o monumento mais conhecido do Estado de Roraima, o Monumento aos Garimpeiros.

Esta foi uma das maiores manifestações da história de Roraima. Na nossa história, nós nunca tivemos maiores manifestações do que esta que vou mostrar. Isto aqui não é produtor. Isto aqui é o povo do Estado de Roraima, é o povo que foi às ruas porque não concordou com a homologação da Raposa Serra do Sol.

Quem estava aí? Os líderes comunitários, os estudantes. Em Roraima, por ser um Estado pequeno, as famílias se conhecem. E nós sabíamos o que seria, porque antes houve a demarcação da Reserva de São Marcos, e o Governo foi cruel, não indenizou os proprietários, dividiu famílias, e o povo de Roraima não queria mais isso. Então, o que os senhores estão vendo é uma mobilização da sociedade roraimense.

Isto aqui é a população se manifestando no Município de Pacaraima, porque não concordava com a demarcação da Raposa Serra do Sol. Aqui também em Pacaraima, o povo se manifestando.

Aqui são caminhoneiros, outro segmento da sociedade, que não aceitava. Não são produtores. Este é outro segmento da sociedade.

O Estado de Roraima foi fechado em vários momentos — suas praças, suas BRs — , porque a população roraimense não aceitava a demarcação. Eu acho que o evento foi histórico. Pela primeira vez — pela primeira vez — uma sociedade invadiu uma superintendência da Polícia Federal.

Isto aqui é o seguinte: após a demarcação da Raposa Serra do Sol, pela resistência da população do Estado de Roraima, o povo ocupou a Superintendência da Polícia Federal para impedir a Operação Upatakon, que na língua indígena significa nossa terra.

E com o que o Governo Federal premiou o Estado de Roraima? Ele premiou com um exército cruel. E aqui eu quero fazer justiça. O Exército Brasileiro não se prestou ao papel de tirar aqueles a quem, no governo militar, que tinha uma visão de desenvolvimento para proteger as nossas fronteiras... O Exército Brasileiro é uma das instituições mais amadas em Roraima, e um dos motivos é o fato de não se ter submetido a essa pequenez. (*Palmas.*)



A Polícia Federal foi com um grande aparato. E me parece que mais de 10 milhões de reais foram gastos na operação de tirar da terra estes produtores aqui, gente que nunca pegou em arma, gente que nunca brigou. Era contra estes “marginais” que o Governo usou metralhadora e toda uma estrutura. Nós nunca vimos no nosso Estado, Roraima, um aparato de guerra como foi visto nesse caso.

Isto aqui é numa vila de gente muito simples, muito humilde. Vejam o aparato de guerra.

Esta foi a força do Governo Federal contra o povo do Estado de Roraima. Uma luta que o roraimense não consegue compreender. Invadiram fazendas... E mais: eles eram truculentos, violentos. Não tinham nenhum trato humano, não.

Isto aqui foram 11 dias de resistência de uma sociedade. A operação chamada Upatakon 3 não aconteceu. Mas ela não aconteceu porque a sociedade roraimense não permitiu que o Governo Federal, a Polícia Federal, tirasse de dentro dos lares aqueles que já habitavam lá havia 100 anos, havia 150 anos. A população resistiu.

E é importante ver qual era o rosto dessa população. Quem resistiu? Será que foram os arianos brancos? Vejam o rosto. Vejam quem estava lá na ponte, enfrentando. E aqui eu devo confessar que os heróis da nossa Pátria são esses senhores anônimos que tiveram a coragem de enfrentar toda essa situação.

Isto aqui é a nossa população se manifestando em Pacaraima contra a Operação Upatakon.

Isto aqui é a manifestação na nossa cidade.

Então, é o seguinte: Boa Vista é a nossa cidade. Nós não tínhamos propriedade lá. Mas quando houve a operação, o que ocorreu? O povo foi às ruas. O que o brasileiro tem em mente do que significou para o nosso País as Diretas Já, quando o povo ocupou as ruas, nós, em Roraima, temos. Assim como os judeus amam Jerusalém, o povo de Roraima ama a Raposa Serra do Sol, porque houve uma injustiça diante de nós. (*Palmas.*)

E o povo foi para as ruas. Um dos meus orgulhos na vida é morar em Roraima, porque Roraima é terra de homem corajoso, de mulheres corajosas. Enfrentaram a polícia, ocuparam as ruas e não aceitaram, nós não aceitamos.



Os senhores vão ver algumas perguntas que temos e que não conseguimos responder.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui, o Deputado Federal Paulo Cesar e o Dr. Jirair.

Aqui, dos chamados desintrusados da Raposa Serra do Sol, nenhum recebeu uma notificação do Poder Judiciário do Brasil, nenhum.

Nós tivemos um julgamento perverso, na minha concepção, injusto, em que nenhum desses senhores tiveram o direito da livre defesa e do contraditório. Não houve defesa.

A única notificação está aí, porque o produtor que estava sendo retirado, Paulo Cesar Quartiero, disse que só sairia se tivesse a notificação do Supremo. E o juiz fez, à mão.

Aí, a assinatura. *“Coordenador do CIR diz que índios vão ocupar fazendas”.*

(Não identificado) - O que é CIR?

O SR. FARADILSON REIS DE MESQUITA - CIR é Conselho Indígena de Roraima.

Esse CIR é alimentado pelo CIME e pela Igreja Católica.

“Independente do Supremo, vamos manter a Raposa Serra do Sol em área contínua, seja lá que decisão for o resultado do Supremo Tribunal Federal. Nós não vamos abrir mão da área contínua.”

Aqui me vem uma pergunta que é importante fazer: quem é legalista? Éramos nós, do Estado de Roraima, sociedade civil organizada, ou era essa fomentação de áreas indígenas? Porque eles são capitaneados por ONGs francesas, inglesas que estão dizendo: *“Independente do Supremo, nós vamos manter a Raposa Serra do Sol...”*

Quem é legalista? E eu vou mostrar qual foi a posição da sociedade roraimense.

Aqui foi um encontro. Este foi um encontro com uma carga emocional fantástica. Neste encontro nós tínhamos: o Governador do Estado de Roraima José de Anchieta, o Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima Robério Nunes e o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima Messias de Jesus.



Aqui eu tenho que fazer alguma justiça ao poder do meu Estado. Nunca — e aqui eu tenho um Deputado constituinte, o Deputado Berinho — a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima faltou com o povo de Roraima, sempre foi contra a demarcação. Nós nunca tivemos um Governador que apoiasse a demarcação por área contínua. Nós tivemos o Governador Ottomar, que, no dia em que houve a homologação, colocou 7 dias de luto em Roraima. Nós tivemos o Governador Flamarion Portela, do PT. Ele disse: “*Se isso acontecer em Roraima*”, a demarcação em área contínua, “*nós teremos um Estado virtual*”. Nós tivemos o Governador Neudo Campos, que foi extremamente contrário. Nós temos o Governador Anchieta, que não aceita essa demarcação. A sociedade de Roraima não aceita essa demarcação. E aqui foi o encontro da sociedade roraimense diante de uma única entidade, o CIR. O CIR prevaleceu contra. E aqui eu tenho que dizer que a Câmara dos Deputados fez uma comissão, foi a Roraima, e o então Deputado Federal Lindbergh Farias fez um relatório recomendando que a Raposa Serra do Sol não fosse demarcada em área contínua. O Senado Federal do nosso País reuniu, foi em Roraima, avaliou e recomendou: não pode demarcar Raposa Serra do Sol em área contínua. A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima disse que não pode demarcar Raposa Serra do Sol em área contínua. Os quatro Governadores do meu Estado disseram que eram contra a demarcação da Raposa Serra do Sol em área contínua.

Em Roraima nunca houve um Deputado Federal, um Senador que fosse favorável à demarcação da Raposa Serra do Sol em área contínua. Todos os nossos Parlamentares em toda a nossa história foram contra, apenas uma entidade, o CIR, e Roraima teve o Líder do Governo Fernando Henrique, o Líder do Governo Lula e tem o Líder do Governo Dilma, e nós perdemos para o CIR. Explique-me o que é isso? A sociedade na rua, o Congresso Nacional dizendo não, e nós perdemos isso.

Meus senhores, vocês haverão de nos ver de novo na mídia nacional. O povo de Roraima vai voltar para a Raposa, porque é injusto que um mandado judicial vale para retirar, mas não para fazer justiça. E eu digo que o que eles estão fazendo... Quero citar uma frase aqui de Montesquieu. Desculpem a minha emoção. Montesquieu disse que “*uma injustiça feita a um é uma ameaça a todos*”. O que



estão fazendo em Roraima é uma ameaça para o Rio Grande do Sul, é uma ameaça para o seu Estado, e nós queremos voltar. Nós vamos lutar por isso. Santa Catarina está correndo risco, e nós não queremos perder o nosso País. (*Palmas.*)

Por fim, eu quero concluir lendo aqui o que a população de Roraima decidiu. Agora, eu sou ruim, não dá para ler não daqui. Vou ficar devendo aos senhores.

Em síntese, esta foi a nota desse encontro. A questão da Reserva Raposa Serra do Sol está em análise no Supremo Tribunal Federal. As ações dos produtores rurais contestam a maneira ilegal da demarcação. Reconhecemos o direito de os indígenas terem suas terras definidas e protegidas, porém, sem atropelar o direito dos demais brasileiros, considerando ainda que Roraima é um grande vazio demográfico e tem espaço para todos.

Estamos de maneira serena e confiantes esperando a decisão judicial, a qual acataremos como escravos da lei que somos. Enquanto isso, permanecemos na nossa atividade produtiva, garantindo a continuidade do abastecimento da nossa população.

Sr. Presidente, deixe eu só fazer uma conclusão, porque isso para mim é importante. No dia do julgamento da Raposa Serra do Sol — o maior canal que tem audiência em Roraima é a *TV Globo*, é a *TV Roraima* —, o canal 28 transmitiu ao vivo e teve quase 70% da audiência. Sabe por quê? Os roraimenses ficaram atentos porque o Ministro Ayres Britto deu uma liminar, e na liminar parecia que ele ia reparar alguma coisa. Quando o povo de Roraima viu o voto do Ministro Ayres Britto, vimos o indivíduo com uma toga sendo um verdadeiro alienígena diante do nosso povo, e nós nos revoltamos.

Então, é importante dizer que o povo de Roraima tem verdadeiro repúdio ao Ministro Ayres Britto, porque não julgou com Justiça, não foi justo com a nossa gente.

Portanto, gostaria de deixar esse registro e agradecer à Comissão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Quero registrar a presença de Rodrigo Jucá, Deputado Estadual de Roraima, e também a de Samir Hatem, representante do Estado de Roraima que está nos prestigiando.



Concedo a palavra ao Sr. Márcio Junqueira, Presidente do Instituto de Terras do Estado de Roraima, por 10 minutos.

O SR. MÁRCIO JUNQUEIRA - Boa tarde a todos.

Vou ser breve porque vou dividir o meu tempo, Colatto. Quero saudar todos os amigos, os Deputados Colatto, Onyx, Moreira Mendes, os Deputados de Roraima, o Delegado Francisco, Berinho, Paulo César, toda a representação.

Todos aqui conhecem o nosso posicionamento. Hoje represento o Estado de Roraima no que diz respeito à regularização de terras. Vou fazer de tudo para não ter nenhum posicionamento político, porque agora eu estou do outro lado. Mas é importante que se diga na Comissão, e eu informo isso aqui oficialmente, que o Estado de Roraima não tem meios de reassentar essas pessoas, tanto é que ao longo de 2 anos nós conseguimos, em parte, de forma precária. Por isso, num gesto de reconhecimento...E o Estado tem de ter a grandeza de reconhecer a sua impossibilidade — como o Seu Galego, que está ali sentado com mais alguns companheiros, uma relação que eu vou passar para o Sr. Presidente. Esses foram um total de 340 produtores, sendo que a FUNAI não reconhece, pasme Deputado Micheletto. A FUNAI não reconhece produtores como o Genor Faccio, o Quartieiro, o Ivo Barili, esposo da Regina, o Nelson Itikawa e tantos outros que comprovadamente estavam lá há mais de 30 anos, mas a FUNAI não reconhece.

Então, nós, do órgão de terra, trabalhamos em cima dos dados fornecidos pela FUNAI e pelo INCRA. E de um total de 380 pessoas, foram assentadas 55 pessoas de forma precária, recebendo tão somente parte daquilo que o próprio Governo Federal reconhece que são deles. O Galego, parece-me que era proprietário, reconhecidamente proprietário, de quase 3 mil hectares. Não é Galego? Seis mil hectares. E recebeu um lote de 400 hectares, sem estrada, sem energia.

Então, venho aqui hoje fazer esse relato. Gostaria que constasse do registro da audiência pública que a nossa posição é a de que o Governo Federal assumira a sua responsabilidade, pois não foi o Governo do Estado que fez a demarcação. Como bem disse aqui o representante da FAMER, todo o Estado se posicionou contrário. O Governo Federal tomou uma posição unilateral.

Como eu havia pedido para o senhor, Sr. Presidente, eu quero dividir o meu tempo com o Venceslau Braz, que também veio de Roraima e representa esses 280



produtores que ainda não foram assentados. Eu acho que é importante o depoimento deles. Estive quatro anos falando da Raposa e também não fui ouvido.

Muito obrigado pela participação. (*Palmas.*)

O SR. VENCESLAU BRAZ - Sr. Presidente, boa tarde a todos os Deputados, às senhoras e aos senhores.

Eu venho aqui, na verdade, para tratar de uma questão cuja resposta seria daqueles que faltaram e não respeitaram o convite da Comissão. Nós tivemos uma reunião recentemente numa audiência igual a esta, realizada pelo Poder Legislativo do Estado de Roraima, e os convidados também não foram. Aqui isso se repete. Nós não vamos levar a resposta que eu queria, principalmente eu, que vou levar a informação para o povo e para os demais companheiros fazendeiros.

O que foi mostrado aqui, o que foi dito pelos fazendeiros é muito pouco. Se a imprensa fosse procurar conversar com todos aqueles que estão abandonados dentro de Boa Vista, que eram dos Municípios de Uiramutã, Normandia e Pacaraima, que hoje é a Reserva Raposa Serra do Sol — os Municípios não estão dentro da Reserva Raposa Serra do Sol, a área indígena é que está dentro do Município, é o contrário — faltariam lágrimas nos rostos de vocês, pela miséria e pelo abandono em que o povo se encontra lá.

Mas eu queria saber, Sr. Presidente — Eu não sou advogado — se existe algum mecanismo jurídico para punir o Ministro Ayres Britto por prevaricação e por descumprir o decreto. Até hoje, o povo de Roraima não recebeu um quinhão de terra, salvo aqueles que receberam 500 hectares. O Governo do Estado assumiu ingenuamente, inocentemente, dizendo que ia aceitar e dar terra para o povo, e até agora não o fez. Por quê? Porque o Governo continua dando calote.

Se o Ministro Ayres Britto estivesse aqui, eu iria pedir a ele que mandasse prender o Presidente da FUNAI, ou o Ministro da Agricultura, ou quem for o responsável pelo cumprimento daquele decreto. Como já foi dito aqui pela Regina e por outros, muitos já morreram e outros estão beirando setenta e poucos anos, 80 anos, e sequer receberam um pedaço de terra. Como diz ali: ninguém sai sem receber a sua indenização e a sua terra para continuar a trabalhar. E assim continua na região. E o INCRA, o Governo Federal, até hoje, sequer passou o restante das



terras para o Estado, mais uma vez deu calote no Estado de Roraima. Falta a Gleba Cachimbo, que tem 180 mil hectares.

Quero dizer aqui ao Presidente de ITERAIMA que, se o Governo passar essa terra para lá, dá, sim, para colocar o povo lá dentro, e ainda tem Vilhena. O INCRA e o ITERAIMA também estão tentando assentar o povo lá.

E ainda tem mais. Antes de nós chegarmos lá, acredito que vai ser criado o Parque Nacional do Lavrado, do Instituto CHIBIO, o tal do Chico Mendes, que querem criar. E ainda tem mais a questão da Gleba Ereu.

Então, quero pedir à Comissão, que certamente tem muita força, que obrigue o Governo Federal a devolver as terras ao Estado, para que possa assentar esse povo, e também recursos, casas, luz elétrica, saneamento, para o povo que vai viver nessa região. Acredito que V.Exa. tem esse poder. E, como foi falado ali pelo Tuchauá, espero que V.Exa. forme uma comissão para ir ver de perto como se encontram aquelas pessoas, para comprovar o que foi falado ali, que, sem terra, nós não iremos a lugar nenhum.

O Governo do Estado não é o responsável. O responsável é o Ministro Ayres Britto, juntamente com o Governo Federal, que continua dando calote. Não deu sequer um pedaço de terra para que o povo fosse assentado.

Os que não foram indenizados, eles não colocaram nessa relação, excluíram. E os que não receberam indenização, Sr. Presidente, foi porque não aceitaram a esmola que foi dada pelo Governo Federal, que mandou alguns funcionários da FUNAI, irresponsáveis, maltratar, humilhar e obrigar os coitados a assinar os documentos, dando 30 dias para eles saírem.

O que nós queremos é terra para continuar produzindo. O Seu Galego não tem mais nem o cavalo para montar. O dono do Lago do Caracaranã, Seu Joaquim, não tem sequer uma vaca para beber leite, acabou tudo. Dois anos em pasto alugado, 2 anos em propriedade abandonada, acabou tudo. Essa é a situação.

Então, eu quero perguntar ao Presidente do ITERAIMA, Sr. Presidente, se essas terras atendem e se, com isso, o Governo vai cumprir o prometido. O Governo assumiu que a confusão não era dele. E o Governo Federal é o responsável por tudo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Desfaz-se o terceiro bloco agora. E nós vamos inverter aqui, vamos misturar Santa Catarina com Roraima. Santa Catarina depende de horário de vôo.

Então, convido para tomarem assento à mesa os representantes do Município de Vitor Meireles. Inicialmente, eu convido o Deputado Aldo Schneider, Presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Convido também o Sr. Ivanor Boing, Prefeito do Município de Vitor Meireles; o Sr. Faustino Cardoso, Presidente do Sindicato da Agricultura Familiar de Vitor Meireles; o Sr. Paulo Peixe, médico veterinário, e o Sr. João Mafra, agricultor do Município de Vitor Meireles, Santa Catarina.

Em seguida, passo a palavra ao nosso Deputado Aldo Schneider, que é Presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

O SR. ALDO SCHNEIDER - Ao saudar o Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, o nosso conterrâneo Deputado Celso Maldaner, saúdo as Sras. e Srs. Parlamentares que, a convite desta Comissão, estão presenciando este momento, eu diria, nobre de defesa dos interesses do povo brasileiro.

Quero saudar também, de uma forma muito especial, o Prefeito do Município de Vitor Meireles, a comitiva da cidade, que nos acompanha, os senhores agricultores e a prezada comunidade.

O que nos trouxe neste momento aqui, senhoras e senhores, foi a vivência e a prática com relação a esse abuso de poder por parte da FUNAI, quando ela alega, através de um preceito constitucional, que terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas poderão ter solicitada a sua ampliação por futuras demarcações.

Nós, em Santa Catarina, somos tão sofrendores quanto a comunidade de Roraima. Por quê? Porque as coisas são feitas à revelia, ou seja, a FUNAI determina, o Governo Federal sanciona o decreto, a Polícia Federal vai até o local, desaloja os colonos, e está tudo resolvido.

Infelizmente, nós em Santa Catarina temos algumas áreas que estão nessa situação, até porque falo aqui na condição de Presidente da Comissão de



Agricultura do Estado, um Estado pequeno, mas que produz muito. É um Estado que é celeiro no âmbito do Brasil. E temos regiões, no oeste de Santa Catarina, no Vale do Itajaí e no litoral, que estão vivendo essa instabilidade: de quem são essas propriedades?

Então, falo especificamente da área da qual eu tive o prazer de ser Prefeito e também na condição de conhecedor, porque começou comigo essa questão, nos idos de 1995, 1996, quando chegou à Prefeitura municipal uma determinação de que havia um pleito por parte da FUNAI pela ampliação da reserva indígena Duque de Caxias, de 14 mil hectares para 37 mil hectares, que atenderia em torno de 220 famílias indígenas.

Evidentemente, essa área pretendida naquela localidade atinge 4 Municípios: Doutor Pedrinho, Itaiópolis, Vitor Meireles e José Boiteux. Logicamente, só as famílias desalojadas especificamente dessas áreas somam em torno de 500, em detrimento de duzentas e poucas famílias indígenas. Quer dizer, vamos desalojar duas mil pessoas para alojar quinhentas.

Sucedeu-se, então, uma série de fatos. Nós, através de uma decisão, à época, do poder público local, câmara municipal, prefeitura e agricultores, resolvemos impetrar judicialmente na Justiça Federal contra essa decisão da FUNAI. E está se arrastando até hoje no Supremo Tribunal Federal essa decisão.

Em relação especificamente ao Vale do Itajaí, já houve a determinação de desocupação por parte da FUNAI e, evidentemente, do Governo Federal. Foi quando, na época do Governador Luiz Henrique, último Governador de Santa Catarina, nós conseguimos, através da Fundação do Meio Ambiente daquele Estado, a exigência da licença ambiental para a realização das demarcações. Foi aí que nós conseguimos segurar o ímpeto desses 50 a 60 policiais federais, que começaram a desalojar as famílias naquele momento. Então, nós conseguimos segurar essas ações, através da Fundação de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, para que nós pudéssemos discutir, com pormenores, essa questão.

Hoje, infelizmente, o que posso dizer para os senhores, como Deputado estadual, como conhecedor do assunto, é que é uma pena, 2 anos depois dessa questão da Raposa Terra do Sol, vemos que sabíamos o que ia acontecer, não só lá, mas em todo o Brasil. Esse problema não está acontecendo só em Roraima, e



esse é o filme que veremos em todas as demarcações, se houver. Se a questão não for revista por esta Casa, pelo Governo Federal, pela FUNAI, ou pelo próprio Ministério da Justiça, nós vamos desalojar pessoas que estão produzindo para abrigar a nossa comunidade indígena. Essa comunidade indígena, por uma questão cultural, não sabe produzir, e aquelas propriedades agrícolas lá, de 500, 600 famílias, vão ser depredadas em menos de 2 ou 3 anos. E aí, nós vamos ficar com muitos miseráveis produtores e muitos miseráveis índios.

É sobre isso que a Comissão, Sr. Presidente, o Congresso Nacional, nós, temos de recorrer ao Ministério da Justiça, ao Ministro, que detém o poder sobre a FUNAI, para que reavalie essas questões de terras pretendidas para a ampliação de reservas indígenas brasileiras, exatamente porque o que nós vimos hoje aqui vai ser o retrato do Brasil para todas as regiões brasileiras, não só para Roraima.

Então, nós, para os senhores terem uma noção, temos escrituras públicas datadas de 1900. No ano de 1900, o Estado de Santa Catarina, através das colonizadoras, na época, titulava, por pagamento dos produtores, essas terras. Ora, uma escritura de quase 1 século e 100 anos não vale? É lógico que tem de valer! E aí, o que vai acontecer? Vai acontecer exatamente isso que acabamos de ver, até na própria reportagem da revista *Veja*.

Como conhecedor — até porque, na condição de Prefeito Municipal, na condição de uma pessoa que articulou durante anos com a FUNAI, articulamos com o Ministro da Justiça; articulamos com o Supremo Tribunal Federal, viramos meio que especialistas, Sr. Presidente, nesse assunto —, conclamamos aqui que, através da Comissão de Agricultura, façamos uma revolução no âmbito da legislação nacional para que essa ação seja revista.

Eu quero aqui deixar patenteado e registrado nos Anais desta Comissão: eu, particularmente, em nenhum momento, nunca fui contra direitos de comunidades indígenas. Agricultores, pessoas de boa-fé compraram suas terras, produziram suas propriedades, criaram suas famílias, e agora, porque encontraram um cemitério indígena datado de mais 100 anos, vestígios indígenas, têm de desalojar todas essas famílias no Brasil. É isso o nós estamos usando para que desalojemos todo esse povo brasileiro.



Eu gostaria, efetivamente, na condição de Deputado Estadual e Presidente da Comissão da Assembleia Legislativa na área da agricultura — e falo aqui em nome do Governo do Estado, porque o Governo do Estado tem o mesmo posicionamento nosso — de dizer que temos de buscar algum encaminhamento no sentido de coibir esses abusos por parte da legislação nacional. E aí, nada mais justo do que estarmos na Casa certa: a Casa do povo brasileiro, a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional, para que, juntos com as Assembleias Legislativas, possamos fazer um grande trabalho no Brasil para que se mude isso.

Deixo também registrado que a FUNAI, infelizmente, não faz o papel que deveria fazer. O que a FUNAI tem de fazer, em vez de pretender a ampliação de áreas indígenas? Tem de criar programas de subsistência nas áreas em que os índios vivem hoje. Ora, lá eu moro em uma área que tem 14 mil hectares, dá mais de 60 hectare por família indígena. Isso não é qualquer família que tem: 60 hectares para sobreviver. O que a FUNAI tem de fazer? A FUNAI tem de fazer programas autossustentáveis, de modo que os índios parem de ser pedintes, pedintes do Erário, e sejam produtores, tenham a dignidade de produzir. É isso o que a FUNAI tem de fazer, não é começar a arrumar confusão em todos os Estados do território nacional para ampliar a terra indígena. E fazer o que com essa terra ampliada?

Está aqui um produtor de quase 80 anos, que sempre trabalhou na lavoura. E agora os índios querem a casa dele. Isso não está certo! Se a FUNAI fizesse o seu papel efetivo, que é dar condição de autossustentabilidade decente para a comunidade indígena brasileira, com certeza nada disso estaria acontecendo. Os índios estão pleiteando o que entendem que é de direito deles porque entendem que vai melhorar suas vidas. E não vai melhorar. Só vai melhorar com programas decentes, patrocinados por esse órgão que aí está, que tem essa responsabilidade.

Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade. Falo aqui em nome da nossa região de Santa Catarina. Fico muito triste com o que vimos aqui agora: a questão da comunidade de Roraima. Evidentemente, nós temos que nos unir, somarmos esforços para que esses assuntos não sejam recorrentes a todos os Estados brasileiros, porque essa questão não diz respeito só ao Norte ou ao Sul; muitos Estados estão com a mesma questão. E essa questão nós, juntos, temos de



resolver, para, ao voltarmos aqui, não vermos essas cenas trágicas e dramáticas que acabamos de ver.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Muito bem, Aldo.

Dando continuidade aos trabalhos, passo a palavra ao Prefeito Ivanor Boing, por 10 minutos também.

O SR. IVANOR BOING - Eu gostaria também, inicialmente, de cumprimentar o Deputado Celso, do nosso Estado, Santa Catarina e as demais pessoas aqui presentes — Deputados, Senadores e as pessoas que nos acompanham, do Município de Vitor Meireles, para este importante chamado.

Quando recebemos o chamado, Presidente, para estarmos aqui porque iriam ser discutidos assuntos relacionados à Raposa Serra do Sol, prontamente fizemos questão de vir, primeiro, para conhecer, ver, assistir ao que está acontecendo lá. Em Santa Catarina, eles dizem que não vai acontecer isso que aconteceu na Raposa Serra do Sol. E aqui se vê, claramente, que o que aconteceu lá vai acontecer em Santa Catarina e em tantos outros Estados, se não tomarmos uma atitude rápida para com essa questão em todo o nosso território.

Quero fazer alguns esclarecimentos ainda, conforme o nosso Deputado Aldo apresentou aqui. A nossa região do Vale do Itajaí envolve 4 Municípios: Vitor Meireles, José Boiteux, Itaiópolis e Dr. Pedrinho. As escrituras e a forma de colonização, bem dito pelo Deputado Aldo, já têm mais de uma década, aliás, um século; já têm cem anos, sejam aquelas escrituras dadas pelo Estado, sejam aquelas dadas pelas colonizadoras, que as pessoas adquiriram e registraram devidamente, para que cada um fosse definitivamente proprietário. Depois de 1988, com a possibilidade de demarcação, o Governo Federal já demarcou as terras, reconhecendo aqueles 14 mil hectares lá colocados, através de um decreto presidencial. Por coincidência, no mesmo ano, a FUNAI criou um grupo de trabalho para demarcar aquilo que o próprio Governo Federal já tinha demarcado após a Constituição de 1988. E o resultado: um laudo antropológico construído com muitas informações do imaginário e informações que não condizem com a realidade.

Para que pudéssemos mostrar um pouco a diferença disso, tivemos de entrar com uma ação da Justiça, contratar uma perícia antropológica e cartográfica, que



nos custou uma fortuna, inclusive, para que pudéssemos mostrar um pouquinho do que é, de fato, que está acontecendo conosco naquela região. Estamos preocupados porque o nosso processo está aqui ao lado, no Supremo Tribunal Federal. E quem é o Relator? O Ministro Ricardo Lewandowski. Quem sabe ele fará a mesma coisa que Ayres Britto fez na Raposa Serra do Sol, como alguém mencionou aqui anteriormente.

Então, isso nos preocupa porque não queremos que aconteça na nossa região o que nós acabamos de assistir aqui, na tarde de hoje.

Quero dizer também que não foi muito ouvida, lá, a comunidade indígena, porque algumas das pessoas que vivem lá não querem mais viver na reserva. Temos de respeitá-las. Algumas já querem viver em cidades ao lado, não porque estão sendo expulsas, mas porque querem, por decisão própria, viver em cidades vizinhas. Não foram ouvidas essas pessoas e tantas outras, e levou ao que levou, essa questão

Como Prefeito de uma cidade pequena, Vitor Meireles, se quero fazer um decreto que desaproprie uma rua, se não tiver orçamento e não pagar, vou preso, condenado e ficar anos na cadeia. Por isso, o gestor público precisa, também, aquele que vai demarcar, ter a responsabilidade, se fez um decreto, de pagar.

Aqui está, Sr. Presidente, uma grande questão para levarmos em frente porque, a partir do momento em que existe um decreto que define, e que têm que ser indenizadas, essas pessoas precisam, senão, têm de ser responsabilizadas as pessoas por esse tipo de ato aqui apontado.

Complementando, Sr. Presidente, se for possível, peço que conceda 1 minuto ao nosso Presidente do Sindicato, que vai representar aqui todos os agricultores, aqueles números que o Deputado Aldo já mencionava. Quero trazer aqui, conclamar o nosso esforço, a nossa preocupação nessa luta incansável: Santa Catarina está junto, para não deixar acontecer o que está acontecendo em nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Obrigado Prefeito.

Em seguida, passo a palavra ao Presidente do Sindicato: Faustino Cardoso.

O SR. FAUSTINO CARDOSO - Boa tarde a todos aqui presentes. Boa tarde Presidente.



É com honra que a gente vem transmitir aquilo que se está sentindo na nossa comunidade vitor-meirelense.

A gente ouviu depoimento do Sr. Manoel, do Sílvio e da Sra. Regina. Vamos ouvir muito mais depoimentos desses de novo. Se vier acontecer o que está previsto, lágrimas de muita gente aqui derramarão. Vai acontecer da mesma forma, aqui, neste País. Entre as categorias mais importantes do País — que é Câmara dos Deputados e o Senado do Federal —, percebemos que elas têm que unir forças e realmente atuar com persistência para que não continue do jeito que está acontecendo.

A gente vê depoimentos vedados aqui, e nós vamos apresentá-los amanhã ou depois também — depois de ter acontecido. Vamos cuidar para não acontecer isso, gente. É o que nós queremos: que essas pessoas entendam que esse povo indígena está sendo usado de má fé também. Repito, na nossa comunidade, o povo indígena está usando de má fé também. Percebi isso quando vocês aqui falaram — e o depoimento de vocês é interessante.

Eu sempre digo nas minhas reuniões nas quais represento o sindicato que nós nunca vamos usar de violência com os dois povos vítimas: o agricultor e o índio. Este também está sendo vítima muitas vezes de alguns espertalhões que existem. A gente tem de desmascarar esses tipos de pessoas que entram e se infiltram no meio da sociedade indígena vendendo uma fantasia.

Nós deveríamos ter uma reação entre as famílias que estão lá: todos pequenos proprietários, tudo agricultura familiar. Todo mundo produzindo para o sustento da família e até para contribuição do nosso Município.

Então, em nome daquela nossa comunidade, quero agradecer ao Prefeito. O Deputado Aldo aqui fez menção de que é conhecedor da causa, que iniciou na época dele; Dr. Paulo, Sr. João, que é agricultor que vem conosco também. Eu sou agricultor também, não sou só coordenador de sindicato, tenho minhas mãos calejadas também, sei o que é dar duro na roça. Vou para o sindicato duas vezes por semana para coordenar, mas a minha atividade é a agricultora. Eu sei o que esse pessoal está falando aqui: trabalhar de sol a sol, com seus 70 anos, já corcunda de tanto trabalhar, e chegar na hora e dizer: *“Agora eu estou tendo uma*



vida sossegada” e se deparar com uma situação dessa! É de se cair no desespero. Não tem esse que não caia no desespero.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que esta Casa — com o poder que tem, com a junção com o Senado, através dessas Comissões que estão trabalhando a questão indígena — realmente faça uma reflexão para que se mude esse quadro. Que a partir dessa audiência pública, com certeza, vem mais, mas que ela seja o caminho para um desfecho pacífico para todos os povos que estão sendo vítimas desse processo.

Era essa minha palavra.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Obrigado.

Em seguida, passo a palavra ao médico veterinário Dr. Paulo Peixe por 10 minutos.

O SR. PAULO PEIXE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e demais autoridades, eu havia enviado algum material para esta Comissão, mas, na verdade, ouvindo e analisando tantas situações aqui apresentadas...

Eu estou há praticamente 15 anos acompanhando várias ações da FUNAI, do Governo Federal, no Estado de Santa Catarina, em questões indígenas. Estive em Chapecó e vi as mesmas lágrimas aqui de pessoas que tinham suas criações de suínos, de aves. Foram 2 milhões de valores em benfeitorias, e a FUNAI colocou no banco 200 mil. Eu estive em Araquari, também, numa audiência — junto com pessoas, porque tenho parentes perto — verificando a questão indígena no local. É impressionante como surgem como fogo essas reservas indígenas no Brasil inteiro. Não se assustem, amanhã, vão surgir mais. É mais gente indo para a beirada das cidades, indo para debaixo da ponte. E isso preocupa.

O Deputado Aldo aqui falou que a FUNAI, na nossa região, no Município de Vitor Meireles, quando lá esteve fazendo laudo antropológico, identificou até cemitério indígena. Nós fomos obrigados — digo nós, os agricultores — a reunir 606 mil reais agora para pagar perícia paralela, por via judiciária, é lógico. O Ministro admitiu que nós fizéssemos uma perícia cartográfica e antropológica. Não aparece nada de índio naquela área. Está claro na perícia: não tem cemitério, não tem oca,



não tem índio, não tem nada. A cartografia comprovou, com documentação completa, que está no Supremo, as terras desse pessoal.

Então, vejo assim: há uma má intenção da FUNAI? Há. Eu não vim aqui evidentemente para falar de nenhum órgão do Brasil, mas vejo a preocupação dos nossos produtores, porque são agricultores familiares. Se aqui vocês falam em criadores de gado de 1.500, 2 mil cabeças, de arroteiros de 100 a 200 hectares, nós estamos falando, em Santa Catarina, de terra de 15 hectares. São produtores que vivem em um mínimo da terra com alta produtividade. E é esse povo que está sendo tirado da terra em muitos locais.

Alguém aqui comentou sobre a questão do INCRA. Santa Catarina também não tem terra para colocar todo mundo. Só esse pessoal que está lá hoje em dia querendo, de uma área de 500 famílias, sendo 449 de (*ininteligível*); tem em Araquari mais 290, se não me engano. Não tem terra para colocar esses colonos, mas, meu Deus do céu, mesmo que tivesse terra para esse povo, que o INCRA os colocassem em todo lugar — também foi comentado aqui —, tem um monte de gente cujos títulos são de 100 anos. Se o título é de 100 anos atrás, que idade está o dono do título? Se não morreu, seu filho está com 80 ou 90 anos.

Então, eu vejo assim: não há terra para assentamento. É pura ilusão esse pessoal ficar acreditando: *“Ah, bom, se eu sair daqui, vou ser assentado”*. Não vai, o Estado não tem condições de fazer isso. E os nossos produtores, pequenos produtores, já estão preocupados exatamente com isso.

Quero fazer uma observação, vim pensando na viagem toda de lá até aqui. O Deputado Aldo Schneider também já falou: sustentabilidade. Alguém ouviu falar alguma coisa sobre sustentabilidade? Não. Desculpem-me quem ajudou os índios lá de Ibirama, aquele que queria fazer a casa do mel, ou produzir mel no meio do mato. O mato tomou conta da casa do mel. Mas por quê? Porque o índio não tem a cultura de trabalhar. Porque ninguém foi lá ensinar. Aliás, em 1980, o Governo do Estado de Santa Catarina foi, através da IPAGRI ou ATER, fazer levantamento naquela região, mas constataram, primeiro, que há mais branco do que índio dentro da reserva. Isso, naquela época, em 1980. Segundo, os índios não aceitam tecnologias novas. Então, nós temos dois impasses: os índios não produzindo e colocando agricultores produtivos para não produzir também.



Sr. Presidente, quero deixar aqui registrada a nossa visão em relação às questões indígenas. Santa Catarina está junto nessa luta; estamos, lá, tentando buscar todos os subsídios para que haja reservas indígenas dignas, com índios dignos, porque, da maneira como está lá, nós vamos dar, além dos 14 mil hectares que eles têm, mais 22 mil. Só que a terra é agricultável, é terra de lavoura. Índio não come terra, que eu sei, e ele não vai produzir.

Eu já ouvi dizer assim: "*Ah, mas, daqui a 40 anos, o mato tomou conta de tudo*". Daí eu faço a pergunta: "*Cadê os índios para morarem no mato?*" Porque foram todos para a cidade, como lá acontece. Nossos índios lá são todos motorizados, têm carro, celular, etc. e tal. Em Santa Catarina, não se imagina mais índios como antigamente. Todos são muito bem vestidos, na reserva indígena que existe lá, de 14 mil hectares, são 150 residências todas de alvenaria, com água encanada e luz. Onde é que índio tem isso? Lá tem. Pergunto: eles querem mais terra para que, se não vão produzir nada? Só para incomodar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Queremos agradecer aqui ao nosso agricultor João Mafra, que representa todos os agricultores catarinenses, inclusive os de Cunha Porã, 170 famílias de agricultores que estão sofrendo e que vivem em 2.715 hectares — agricultores familiares.

Vamos agora desfazer esse bloco, voltar a Roraima e continuar com a nossa audiência, agora, com o último bloco.

Convido o General Maynard Marques de Santa Rosa (*pausa*); a Profa. Lylia da Silva Guedes Galetti, Coordenadora-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da FUNAI, representante do Ministério da Justiça (*pausa*); Alexandre Reis, Diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro da Fundação Cultural Palmares (*pausa*); a Sra. Rosane Kaingang, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — ABIB, que não quis se manifestar no bloco anterior e queria participar deste.

Passo a palavra ao General Maynard Marques de Santa Rosa por 10 minutos.
(*Pausa.*)



O SR. MAYNARD MARQUES DE SANTA ROSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, lideranças aqui presentes, senhoras e senhores, eu queria inicialmente agradecer pelo convite que me foi feito por esta Comissão para participar desta audiência, que, entendo, deve ter uma repercussão histórica. Eu vou me apoiar em alguma mídia para facilitar a compreensão, para que, com objetividade, eu consiga, dentro do tempo previsto, concluir a minha apresentação.

Entendo que a questão indígena é um problema político que transcende a demarcação de reservas. O foco dessa questão se concentra nos conceitos de integração e de autonomia indígenas. Esses dois conceitos se conflitam na legislação existente.

Passo a fazer algumas transcrições da Constituição Federal, porque elas servem como um norte, orientando qualquer tipo de legislação, ou pelo menos deveria assim ser. O art. 3º, inciso IV, diz o seguinte:

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

.....
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

O art. 5º, estabelece o seguinte:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”.

Qualquer natureza, inclusive étnica.

O art. 231 da Constituição Federal diz:

“Art. 231 São reconhecidos aos índios [...] os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las [...]”.

Aí eu observo que a jurisprudência estabelece que os índios têm direito ao usufruto e não à posse da terra que pertence à União.

Ainda a Constituição Federal, no seu art. 20, § 2º, prevê o seguinte:

“Art. 20”



§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres [...] é considerada fundamental para defesa do território nacional [...].

E o art. 91, que define as atribuições do Conselho de Defesa Nacional, estabelece:

“Art. 91

§ 1º Compete ao Conselho de Defesa Nacional:

.....

III - propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira [...].

No entanto, o Decreto nº 1.775, de 1996, que trata da demarcação de terras indígenas, omite a necessidade de parecer do Conselho de Defesa Nacional, mesmo na faixa de fronteira. Aí já começa a primeira vulnerabilidade da legislação existente.

O Estatuto do Índio estabelece, no seu art. 1º, o seguinte:

“Art. 1º Esta lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmonicamente, à comunhão nacional”.

Isso estabelece o Estatuto do Índio, que foi revisto pela Lei nº 6.001, de 1993.

A respeito das distorções que foram aqui apresentadas, convém invocar a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas. É interessante caracterizar que essa Declaração da ONU não foi patrocinada por indígenas, mas por quem tinha interesses sobre territórios indígenas. No entanto, os países que votaram contra ela, em 2007, foram os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, países que reconhecidamente têm o que perder com a Declaração. Mas quem mais tem a perder é o Brasil, que, além de não ter votado contra a Declaração — o Brasil votou a favor dela —, ainda a patrocinou. É preciso lembrar que existem interesses, que estão predominando, contrários ao interesse do País.



Para poder prosseguir, eu invoco um extrato do relatório de auditoria na FUNAI feito pelo TCU, o Tribunal de Contas da União, assinado no dia 25 de junho de 2008, pelo Ministro Augusto Sherman Cavalcanti. O que eu extraí desse documento é importante para que nós possamos entender a questão indígena. Dizia o relatório o seguinte:

“Desde a época colonial, a política indigenista tem proposto a integração do índio à sociedade nacional. A Constituição Federal de 1988 abandonou o paradigma da integração, substituindo-o pelo da interação e abolindo o conceito tradicional de ‘tutela incapacidade’”.

O que sempre se fez, durante trezentos anos, no País.

Então, ele conclui que há conflito entre os dispositivos previstos no Estatuto do Índio e nas Disposições Constitucionais. Conclui ainda com uma análise interessante das atividades da FUNAI de hoje, da seguinte forma: *“Não há coordenação entre as entidades responsáveis pela execução das políticas indigenistas nem controle dos acessos às áreas indígenas”*. Quem diz isso é o TCU, depois de 2 anos de avaliação até chegar a esse relatório no dia 25 de junho de 2008.

Então, isso é um extrato do que diz a legislação. Vamos invocar agora a história. A questão indígena, se desenvolveu de 1621 até 1757 com altos e baixos. Tendo em vista que os interesses dos colonos nas áreas da Amazônia eram pela mão de obra do índio que podia ser aproveitada, ou seja, pela escravidão indígena, a questão foi dirimida autocraticamente pelo Marquês de Pombal, no Diretório dos Índios, o Regimento do Diretório dos Índios, assinado em carta régia, por D. José III, em 1757. Nesse documento extinguiu-se a escravidão indígena e proibiu-se a discriminação contra o índio. O documento fomentava os casamentos entre portugueses e índias, visando ao esforço de integração da nova comunidade nascente ainda na colônia. As famílias mestiças receberam o direito de preferência sobre as terras, e tornaram-se os mestiços capazes de qualquer emprego, honra ou dignidade. Aí está o extrato do Diretório dos Índios, que vigeu no Brasil de 1757 até o ano de 1988, com a revisão da Constituição Federal pelos Constituintes de 1988. A política tradicional manteve o preceito de integração do índio até 1988.



Aí nós vamos ver, invocando a questão sociológica, o que diz a estatística do IBGE. Vejam bem a distribuição da atual população amazônica: ela tem quase 70% de mestiços, 24,9% de brancos, 3,9% de negros e 2,7% de índios. Portanto, o predomínio de quase 70% de mestiços mostra o resultado prático e histórico da política de integração dos índios. Aliás, alguns sociólogos interpretam o fato de forma até mais otimista: eles acham que os índios assimilaram a população branca, ou a vêm assimilando, ao longo da história. Isso foi tumultuado, revertido em 1988, com a Constituição Cidadã.

Agora vamos ver os efeitos que vêm desde 1988 até os dias atuais. A população indígena, que tem hoje em torno de 360 mil indivíduos, dos quais 80 mil urbanos, cresce, no caso da Amazônia, a uma taxa superior às médias regional e nacional.

Dos 17.500 quilômetros que nós temos de fronteira no Brasil, 30% estão em terras indígenas. E das 294 terras indígenas que existem na Região Amazônica, 123 estão na linha de fronteira. Para demarcação dessas reservas, em nenhum momento foi consultado o Conselho de Defesa Nacional. Bom, estamos só citando dois paradigmas interessantes. A reserva ianomâmi, que foi assinada em 1991, tem 96 mil quilômetros quadrados, é maior do que Portugal, para abrigar 6.700 índios, e contém a maior reserva mundial de um metal nobre chamado nióbio, que é imprescindível para a indústria espacial e outros projetos de alta tecnologia, e o Brasil tem as maiores reservas mundiais desse metal. Mas não pode utilizá-lo porque ele se encontra em área indígena.

Aqui nós temos a Raposa Serra do Sol, com uma extensão, que já foi colocada aqui, de 17,4 mil quilômetros quadrados — portanto, corresponde a 80% do Estado de Sergipe —, para abrigar 14 mil índios. Agora, se nós fizermos uma digressão em torno da distribuição das reservas indígenas no País, nós vamos ter essa configuração aí. O que é sintomático é observar a localização dessas reservas indígenas.

O *slide* seguinte mostra como coincide a localização dos estoques de minério, principalmente dos minerais que estão em extinção, com as reservas indígenas. Aí nós começamos a imaginar quais são os verdadeiros interesses nas demarcações de terras indígenas.



No caso de Roraima, o caso da Raposa Serra do Sol é sintomático. A terra indígena Raposa Serra do Sol é a segunda maior reserva do País, com 1 milhão 740 mil hectares, como já foi dito aqui. Situa-se a noroeste de Roraima, na fronteira com a Guiana e a Venezuela, países que ainda estão em litígio pela posse da região do Essequibo. Em 1969, houve uma revolta, que foi esmagada com muito sangue na Guiana, patrocinada pelo Governo da Venezuela, e nós tivemos que deslocar tropas federais da região amazônica para impedir o fluxo de tropa venezuelana na direção da Guiana, naquela oportunidade. Hoje não poderíamos fazer isso, porque ali é uma reserva indígena. É claro que o acórdão do Supremo permite o tráfego de tropas, mas a burocracia que existe para se fazer isso... Primeiro haverá a invasão, para depois haver a providência.

A reserva indígena Raposa Serra do Sol é fracamente povoada, com cerca de 14 mil índios macuxi, tauarepang, patamona, ingarikó, wapixana em 152 aldeias. A reserva é rica em minerais preciosos e estratégicos. Inclusive há uma teoria, que ainda não ficou comprovada, mas é quase certa, de que ela se situa em cima de um grande depósito de urânio.

A extinção da atividade produtiva na reserva Raposa Serra do Sol reduziu o PIB do Estado de Roraima em 7%. Então, foi uma medida que introduziu o atraso na economia do Estado de Roraima. Se somarmos a terra indígena Raposa Serra do Sol com a terra indígena São Marcos e Ianomâmi, praticamente fica isolado o extremo norte do País com os países vizinhos, criando-se um colchão que permite o fluxo de contrabando, tráfico de drogas e outras atividades ilegais.

Aqui temos a representação de Raposa Serra do Sol e apenas a transcrição visual do que eu acabei de dizer, implicando a delimitação contínua da reserva, implicando a desocupação dos Municípios de Socó, Mutum e Surumu. Acontece que o Prof. Armando Mendes, na sua célebre bibliografia — ele tem mais de dez livros escritos sobre problemas da Amazônia, é respeitado em todo o mundo —, em todos os seus livros alertava que a Amazônia tem sérios problemas políticos, e o maior deles é o vazio demográfico, vazio demográfico que fica aumentado quando se faz a extrusão de brancos para permanecerem indígenas nativos na faixa de fronteira.

A questão judicial de Raposa Serra do Sol, que merece que pesquisemos a história, começou não em 1977, mas em 1917, quando o Governo do Amazonas...



Porque Roraima não existia, Roraima foi criada no Governo Getúlio Vargas; pertencia aquela região toda ao Estado do Amazonas, e o Governo do Amazonas, por intermédio da Lei Estadual nº 941, destinou as terras compreendidas entre os rios Surumu e Cotingo à ocupação e usufruto dos índios macuxi e jaricuna. Essa questão que começou aí terminou com o acórdão do Supremo em 19 de março de 2009, que homologa a demarcação contínua.

Portanto, a questão judicial está resolvida. A questão política é que continua sem solução. A opinião pública predominante no Estado de Roraima é contrária à reserva. Aliás, ela não só é contrária, como abomina a reserva. Isso já foi visto em várias oportunidades.

Decorridos 2 anos da decisão do Supremo, já é evidente o declínio econômico e social, como foi mostrado em reportagem da *TV Bandeirantes*, migração indígena, redução populacional da reserva, favelização de Boa Vista. O Estado de Roraima vai se transformando na Bangladesh amazônica.

Agora, para se ter uma ideia gráfica do que eu estou dizendo, é só observar no mapa: as áreas em vermelho em Roraima são as áreas indígenas; se nós somarmos as áreas verdes, que são reservas ambientais, e mais as áreas alagadas, que estão no verde claro, sobram as áreas brancas, que são as áreas produtivas.

Então, o Estado, para produzir, só dispõe dessa pequena faixa que aí existe, sendo que é preciso verificar a potencialidade geológica do local para produção. Se der esse desconto, o que sobra é o que foi dito aqui pelo produtor.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. MAYNARD MARQUES DE SANTA ROSA - Agora, o que é mais curioso é esse *slide* aqui, é colocar esses minérios nas reservas indígenas. Vejam como é curioso! São metais e minerais, muitos deles nobres, e alguns em estado de extinção no mundo. Então, no mínimo, é curioso constatar esse fenômeno.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu transcrevi um *slide* da Universidade de Yale que descreve quais são os minérios que estão em extinção, considerando os depósitos conhecidos nos continentes, porque os do fundo do mar não foram ainda bem mapeados, mas os que estão viáveis para exploração estão aqui. Uns são extintos em 20 anos, outros em 8 anos, considerando o atual nível de demanda do mercado mundial, até o lítio,



que em 46 anos desaparece. Portanto, quem controla o mercado de *commodities* minerais tem exatamente a explicação de tudo o que eu estou dizendo aqui.

Aqui são dois *slides*, um que traz a região dos Seis Lagos, onde existe a maior reserva mundial de nióbio já conhecida, e a Raposa Serra do Sol, onde tem no subsolo urânio e outros minerais, como ouro e até diamante.

Conclusão: o crescimento populacional de comunidades indígenas isoladas põe em risco a segurança do território nacional, principalmente na região amazônica, que é uma região de baixa densidade populacional.

Segundo, a história mostra que as reservas são úteis às comunidades indígenas na fase da sua aculturação. No entanto, ao se tornarem permanentes, elas restringem a atividade produtiva e impedem o desenvolvimento econômico. Sobre isso, não preciso falar mais do que o que já foi especificado aqui.

A doutrina de segregação do índio, que é uma perversidade antropológica que foi criada fora do Brasil, é discriminatória por contraditar o princípio de que todo ser humano tem direito ao progresso. O isolamento relega as comunidades à condição dos bantustões sul-africanos.

Quem acompanhou o desenrolar da história recente da África do Sul sabe o que eu estou dizendo: era comum durante a política do *apartheid* se afastarem os negros para fora das cidades e mantê-los segregados. *Mutatis mutandis*, isso se assemelha ao que se está tentando fazer com a questão indígena. Aliás, invocando a segregação antropológica, que é uma teoria, tem uma doutrina e uma ideologia segregante. Os etnólogos entendem o que eu estou dizendo aqui.

Então, eu entendo também que a criação de reservas para índios já aculturados sem que haja plebiscito entre eles compromete o seu livre arbítrio. O Silvío pode exatamente confirmar o que eu estou dizendo aqui. Então, cria-se à revelia, sem consultar o índio, sem fazer o plebiscito. Índio que fala português, entende, dirige avião, tem celular, usa Hilux e faz negócios bancários. Sem consulta a esse índio, criar reserva para eles é uma violência que viola o seu livre arbítrio.

O Estatuto do Índio, usando esse raciocínio, considerando que ele está em conflito com a Constituição Federal, merece revisão, e quem faz a revisão é o Poder Legislativo. Eu entendo que ele merece ser apreciado pelo Poder Legislativo, fixado em lei e não em decreto, e que defina os limites entre o impositivo de integração do



índio e o princípio da autonomia indígena. É preciso definir os limites, para evitar os abusos que a política indígena está fazendo hoje em dia. E quem tem que fazer isso é o Poder Legislativo, porque existem interesses dentro dos Ministérios do Governo Federal, interesses que não são brasileiros dentro do Governo Federal.

A criação de reservas indígenas na faixa de fronteira compromete a segurança nacional e deveria ser submetida à aprovação do Congresso. É evidente que compromete a segurança nacional; então, teria, pela lógica e necessariamente, que ser consultado e aprovado pelo Congresso Nacional. Não poderia ser uma portaria de um burocrata da FUNAI, não poderia ser a homologação do Ministro da Justiça, tinha que ter aprovação do Congresso Nacional.

Finalmente, a respeito do que disseram aqui as lideranças indígenas e invocando quem entende do terceiro setor, que é o Frei Betto, invocando as suas memórias, eu cito a frase dele aqui: *“No dia em que se sacudir a frondosa árvore repleta de ONGs supostamente dedicadas à causa indígena no Brasil, a Nação ficará estarecida.”*

Então, Sr. Presidente, muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Passo a palavra à professora Lylia da Silva Guedes Galetti, por 10 minutos.

A SRA. LYLIA DA SILVA GUEDES GALETTI - Boa tarde a todos e a todas, embora as todas sejam bem menos do que os todos.

Meu nome é Lylia Galetti, eu sou historiadora, professora da Universidade Federal de Mato Grosso, e estou há 3 meses ocupando a Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento da FUNAI. Fui designada pelo Presidente para estar nesta audiência.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que o convite recebido não colocava como pauta a investigação, análise de denúncias da revista *Veja* ou da *Bandeirantes*. Isso está na documentação que nós recebemos, no primeiro documento feito pelo Deputado que convocou a audiência. Na decisão de convocação, diz-se que o tema foi ampliado para a questão indígena na atualidade e os efeitos de demarcações em terras indígenas.

Aqui chegando, pela pauta apresentada na Casa, nós voltamos, então, a discutir as denúncias publicadas pela revista *Veja*.



Sr. Presidente da Mesa, eu gostaria de dizer inicialmente que preparei uma intervenção mais técnica sobre o etnodesenvolvimento, que é a referência hoje para a política indigenista, e algumas informações sobre as ações do Governo Federal desde a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre demarcação contínua de Raposa Serra do Sol para apresentar a este Plenário. Possivelmente, minha fala vai destoar daquilo tudo que foi dito aqui, embora eu considere que ela tenha pontos em comum.

Eu posso então iniciar minha fala com a perspectiva da FUNAI sobre aquele tema que foi encaminhado à Presidência da FUNAI, da questão indígena na atualidade e efeitos possíveis de demarcações.

Posso falar, Deputado? (*Pausa.*) Muito obrigada. Muito bem, já estou falando. Agora, o que eu vou dizer é uma questão de direito da instituição.

Em primeiro lugar, obrigada pela oportunidade de prestar esses esclarecimentos, de fazer essa fala a partir da perspectiva da Fundação Nacional do Índio. Quero destacar inicialmente que a FUNAI, na condição de órgão oficial responsável pela política indigenista do Estado brasileiro, pauta seus procedimentos e suas intervenções rigorosamente baseada naquilo que nosso querido Gen. Maynard colocou aqui como preceitos da Constituição Federal. Portanto, aquilo que está na Constituição Federal, no seu art. 231, inclusive no artigo que diz que todos os brasileiros são iguais perante a lei, é aquilo que é referência da FUNAI para sua atuação como órgão coordenador — isso é muito importante que se diga.

O Brasil mudou, o Governo mudou, a estrutura do Estado mudou. A FUNAI hoje não é o único órgão, o órgão responsável por tudo o que diz respeito a índios — é bom que isso fique claro. A política indigenista hoje está disseminada em várias outras instituições federais, e a FUNAI tem a obrigação de coordenar essa política. Básica e especificamente cabe à FUNAI, e apenas à FUNAI no caso, o processo de demarcação das terras indígenas.

Dito isso, eu gostaria de dizer também aos senhores que, do ponto de vista da Fundação do Índio, a demarcação de terras indígenas não é o foco estratégico prioritário e único da instituição. O Brasil tem hoje seiscentas e poucas terras já demarcadas, algumas há bastante tempo. A questão fundamental hoje, embora para alguns povos ainda seja altamente estratégica a demarcação... Nós estamos falando



aqui de “vazios” — e eu coloco aspas nisso — demográficos, que há muita terra para pouco índio, quando temos situações absurdas, como a de Mato Grosso do Sul, na Reserva Indígena de Dourados, com 3 mil hectares e 15 mil famílias. Então, a questão não é tão generalizável como parece.

Aliás, os dados — desculpem dizer nesta audiência — são muito interessantes, são muito ricos, mas sinto falta, e estou falando como professora, como historiadora, como pesquisadora, de fundamentação, inclusive empírica, inclusive concreta dos fatos.

Para a FUNAI hoje, a promoção do etnodesenvolvimento... E isso decorre de uma mudança bastante significativa, ainda que muito lenta — no meu texto, eu tinha colocado “ainda que lenta”, mas, depois de tudo o que eu ouvi aqui, eu diria “ainda que muito lenta” —, na forma como o Estado e a sociedade nacional devem — e o verbo é este: devem — relacionar-se com as populações indígenas a partir da Constituição Federal de 1988.

Se a questão aqui — e me parece que essa é a questão colocada aqui, de maneira extremamente enfática e repetitiva — é de que é preciso mudar a Constituição, de que é preciso limpar o STF, de que no STF há bandido a favor de índio — ouvi de tudo aqui em relação às instituições democráticas da sociedade brasileira —, acho que é justo, legítimo que esta Casa, ou melhor, muito melhor, parte dela tenha todo o direito de querer mudar a Constituição, a natureza do STF, o Estatuto do Índio, o que quiser; a legitimidade é dela, é do Congresso Nacional. Agora, existem leis, existem procedimentos legais determinados, muitos inclusive por estas Casas, Câmara e Senado, que também precisam ser respeitados.

Então, o que eu gostaria de colocar é que essa ideia do etnodesenvolvimento vem exatamente na contramão dessa outra ideia de desenvolvimento que foi enfaticamente defendida, de que só existe um caminho para as sociedades alcançarem patamares de vida melhores, seja na educação, seja na saúde.

Embora aqui não se tenha falado disso, mas se tenha falado da economia rural, do arroz, dos minérios, quando estamos falando de desenvolvimento, estamos falando também da melhoria do próprio ser humano, nós estamos falando de educação, nós estamos falando de saúde, nós estamos falando de um conjunto de outros direitos que a nossa Constituição, inclusive muito bem, explicita. Um deles é



muito importante para o etnodesenvolvimento, o desenvolvimento a partir de uma ótica indígena, que é a questão da segurança alimentar e nutricional, que, com o voto de V.Exas., acredito, transformou-se em um direito como outros, que é o direito humano à alimentação adequada.

Eu queria dizer que essa ideia — e eu, sinceramente, como historiadora, fiquei triste de ouvir tudo o que eu ouvi aqui — de que 1) é muita terra para pouco índio; 2) o índio é preguiçoso e não planta; 3) o índio é menos brasileiro do que os outros... A fala o tempo inteiro reitera isso: *Porque o povo de Roraima...* Índios também são povos de Roraima, eles são quase 50% da população rural do Estado.

Então, preocupa-me um pouco esse “seccionismo”, porque, na minha percepção, não se trata de integração, de comunhão, trata-se de convivência entre cidadãos e cidadãs brasileiras, que, pela Constituição Federal de 1988, são iguais. Então, não estou falando de gente que é mais nem menos brasileira. Essa é uma das questões.

Historicamente, desde que o colonizador português chegou aqui, e ele foi muito inteligente na questão das fronteiras — o General deve saber disso —, a ponto de ser chamado pelo Império português de “guardião das fronteiras”, ele foi fundamental para a definição do território brasileiro tal como ele é hoje. Basta olharmos todo o discurso do Império, das nossas grandes lideranças de relações internacionais. Os índios foram fundamentais na Guerra do Paraguai, foram fundamentais na hora de se dizer o que era o território brasileiro, lá em 1822. Foi a ocupação indígena, acompanhada pelos portugueses, que garantiu ao Brasil o que foi o Brasil pós-Tratado de Tordesilhas. Essa é uma questão.

Na verdade, a legislação brasileira até 1988 sempre foi preconceituosa, discriminatória e etnocida. Além de, na história do Brasil, desde a colonização até o início da República, nós termos vivido genocídios indígenas — não é à toa que eles são poucos até hoje —, nós temos também o etnocídio. E a doutrina de integração nacional, para mim, tem um pouco essa característica também.

A Constituição Federal reconhece aos índios os seus direitos, as suas terras originárias, a maneira de viver como escolherem. Por que o desenvolvimento deles tem de ser igual ao dos senhores? Se alguns querem, essa é uma discussão que tinha de ter sido feita inclusive na própria comunidade, lá entre eles. Agora, nós, não



indígenas, nem o Estado podemos obrigar os índios a plantar arroz, plantar soja, irrigar. E o mais estranho: quando alguns índios começam a ter geração de renda e botar o seu celular e botar seu carro na estrada, a primeira reação é dizer: *Não são índios! São todos uns aculturados!* O que nós queremos, senhores?

A FUNAI quer o etnodesenvolvimento dos povos indígenas. Tem dificuldade de fazer isso? Tem. Em 2 anos, depois de anos de conflitos, de tensão, de agressões, de violência contra eles em Raposa Serra do Sol... E ninguém está aqui. O CIR deveria estar aqui. Não sei foi convidado e não pôde vir porque não teve dinheiro para pagar a passagem de Roraima para cá.

(Manifestação nas galerias.)

A SRA. LYLIA DA SILVA GUEDES GALETTI - Olha só. Não, não foi convidado. Não foi convidado, não estava na lista.

(Manifestação nas galerias.)

A SRA. LYLIA DA SILVA GUEDES GALETTI - Eu ouvi tudo! Eu quero educação para me ouvirem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Vamos manter a ordem. Direito à palavra.

A SRA. LYLIA DA SILVA GUEDES GALETTI - Se não for possível e não quiserem ouvir a representação da FUNAI, Sr. Deputado, não há problema, eu me retiro. É uma escolha dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Não. Está com a palavra.

A SRA. LYLIA DA SILVA GUEDES GALETTI - Ser desrespeitada eu não admito, porque eu não abri a boca quando estavam falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - É. Vamos manter a palavra.

A SRA. LYLIA DA SILVA GUEDES GALETTI - Vocês são brasileiros, e eu também sou. Vocês estão na Casa onde se pode falar. Todos puderam falar, e eu estou respeitando. Eu estou respeitando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Vamos manter a palavra dela. Está no prazo.

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - Nós temos todo o direito de discordar, Presidente, mas nós temos o dever de ouvir.



A SRA. LYLIA DA SILVA GUEDES GALETTI - Muito obrigada. Muito obrigada.

Eu considero que são processos com um viés etnocida esses que buscam obrigar comunidades indígenas — não estou falando em geral, estou falando de Brasil — a adotarem formas de produzir, de pensar, de se vestir, de ganhar dinheiro igual à de todos porque tem de ser assim. Os grandes proprietários escolhem o que eles vão plantar, se é arroz, se é feijão, se é com mecanização, se vão plantar orgânicos, se vão plantar transgênicos. Por que os indígenas também não podem fazer isso?

A questão do etnodesenvolvimento foi adotada já pelo Governo brasileiro, foi adotada pelo Estado brasileiro, porque ela está em várias leis e decretos e portarias, como aquela possibilidade de os índios se desenvolverem. Isso significa melhorar a saúde, melhorar a educação, melhorar a produção, melhorar a escola, viajar, ter carro, telefone, luz se assim eles decidirem, se autodeterminarem com relação à sua vida e ao seu destino. Não se está falando de fronteira, de autodeterminação para ser nação; isso nunca existiu entre os índios brasileiros. Os índios se orgulham de ser brasileiros, cantam o Hino Nacional na sua língua. Todos os já que estiveram numa comunidade indígena, num evento, sabem disso.

Então, o etnodesenvolvimento é isto: é uma escolha. É plantio orgânico o que eles querem? Vamos dar-lhes o suporte para fazê-lo. A FUNAI hoje, por exemplo, no seu PPA, tem uma meta de regulamentar turismo em terra indígena, desde que a iniciativa seja dos índios, que eles queiram.

Então, a ideia é a de que tenhamos a capacidade, o Estado brasileiro e as outras instituições — entram aí as instituições governamentais estaduais e municipais —, de ter uma perspectiva de desenvolvimento que respeite as suas culturas e as suas escolhas, dentro daquilo que é o escopo da própria Nação brasileira.

Estou há 8 anos trabalhando com povos indígenas, fiz um doutorado que não foi sobre povos indígenas, mas foi sobre o Estado de Mato Grosso, que é um Estado também com forte presença indígena, e jamais ouvi qualquer coisa de índio nessa direção.



Então, hoje existe uma possibilidade e um potencial enorme de desenvolvimento para os indígenas, com renda, com o que eles quiserem ter, com pagamento por serviço ambiental, com agricultura orgânica — há comercialização de produtos orgânicos hoje, que inclusive têm um preço muito mais alto que outros, não orgânicos. Existem ene possibilidades de desenvolvimento para os indígenas.

Pelo que eu ouvi hoje aqui, os senhores me desculpem, nós estamos voltando ao Brasil da década de 60, da década de 70, em que não se antevia a possibilidade de comunhão e de integração nacional nesse sentido de convivência entre diferentes, mas que são iguais perante aquilo que é a nossa Lei Maior, que é a Constituição Federal.

É nessa linha que a FUNAI está trabalhando, que o Governo Federal trabalhou durante esses 2 anos com o Plano de Desenvolvimento Territorial para Terra Indígena Raposa Serra do Sol e todas essas outras medidas que foram aqui colocadas como algo que não existe, que nada foi feito, o que também não é verdade.

Há dificuldades, algumas demandas podem não ter sido atendidas. Mas, do ponto de vista da FUNAI, até onde vai a obrigação dela, que é desintrusar, tirar as famílias não indígenas e indenizar as benfeitorias de boa-fé, isso tudo foi feito.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Obrigado.

Vamos dar continuidade então. Só para esclarecer, para não ficar dúvida, quem assinou o convite foi o nosso Presidente Lira Maia. Foi enviado ofício para o Dr. José Eduardo Martins Cardozo, o Ministro, e para o Dr. Márcio, com o mesmo conteúdo, o requerimento, que é do Deputado Josué, do PTB, solicita a realização de audiência pública para discutir as denúncias publicadas na Revista *Veja* sobre o reflexo da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol nas populações indígenas e nos desapropriados da região. Só para esclarecer.

Bom, agora vamos dar oportunidade para os Parlamentares. Primeiro, eu passo a palavra ao Deputado Josué Bengtson, que é o autor do requerimento que propõe esta audiência pública, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores debatedores, eu me sinto muito gratificado por esta audiência pública



porque, por aquilo que nós já ouvimos aqui, inclusive dito por índios, já valeu a pena a nossa audiência.

Quero saudar o Manoel Bento, o Sílvio; quero saudar a Regina; quero saudar o Agenor Luiz, o Dilson Mesquita, o Márcio, o Deputado Aldo, o Prof. Ivanor, o Paulo, o nosso General, a Profa. Lylia e todos aqueles que aqui debateram.

Eu conheço a Amazônia, sou do Pará, estou lá há 38 anos. Eu sempre vi, com muito cuidado, com muita apreensão, a criação da reserva contínua Serra do Sol. Isso porque lá em Roraima o povo... Eu ouvi falar de democracia, a democracia tinha que ouvir o povo.

Nós vamos ter agora um plebiscito no Pará para ver se dividimos o Estado ou não. É o povo paraense que vai dizer se o Estado pode comportar mais dois Estados ou não.

E, ao longo desses anos... Eu quero parabenizar o Sílvio. Eu captei uma palavra que ele disse aqui que eu já ouvi de maneira muito diferente em outras audiências. Por exemplo, o Sílvio disse: *“Eu sou brasileiro. Nós somos brasileiros. Nós não queremos separar brasileiros lá em Roraima”*.

Eu quero dizer aos Srs. Deputados que eu participei de uma audiência pública no extremo do Amapá, onde ouvi cinco caciques dizerem: *“Nós não somos brasileiros. Nós somos índios. Nós somos índios. Brasileiro invadiu nossa terra.”* Eu ouvi isso, há 8, 10 anos.

Então, quanto ao progresso, eu discordo da professora quando diz que muitos não querem. Não é verdade, professora. Eu visito muitas aldeias indígenas no Pará. E, se perguntarmos para eles, todos querem se desenvolver, todos!

Ali, por exemplo, na aldeia Gavião, de Mãe Maria, próximo a Marabá, todos têm suas casas boas. A ELETRONORTE com a Vale do Rio Doce ajudaram na estrutura. Eles têm carro, eles têm televisão, eles têm *freezer*. Todos querem se aculturar! Aquela história de não deixar os zo'és usarem roupa para filmarem para o pessoal daqueles canais da Europa... Brasileiro, para entrar na aldeia zo'é, é muito difícil. Médico, para ir lá, é complicado. Para se fazer uma visita aos zo'és, perto de Santarém, é uma complicação, porque eu tentei, e não consegui. Agora, aquele canal dos Estados Unidos, não sei de onde, ficou lá 2 meses filmando e dizendo que eles não querem se aculturar. Também não é verdade!



Então eu quero manifestar minha alegria por esta audiência, porque, no caso, por exemplo, de Santa Catarina, em que o Deputado Heinze tem lutado há tanto tempo, como se entende desestruturar uma propriedade de mais de 100 anos de pequenos agricultores, pessoas que têm 5 hectares, 8 hectares, que já estão produzindo?

A pergunta que eu faço, primeiro, ao General, que na hora certa irá responder, é: General, o que o senhor acha que levou aquela demarcação da Raposa Serra do Sol juntamente com todas as outras que praticamente se tornaram um corredor fronteiro a estar exatamente em cima de minérios? Essa é a minha primeira pergunta ao General.

À Profa. Lílian, eu faço a pergunta daquilo que foi debatido: a senhora pode dizer se aqueles produtores que saíram de Roraima... A Constituição também diz — a senhora evocou a Constituição — que qualquer desapropriação tem que ter, primeiro, recurso; segundo, ao se desapropriar, tem de se pagar em dinheiro o valor real da propriedade. Se esse pessoal que está aqui, que a senhora ouviu, o Galego e os demais receberam, primeiro, a terra, ao serem tirados de onde estavam, e se eles receberam em dinheiro, como a Constituição assim prediz, está escrito.

Eram essas, Sr. Presidente, as minhas perguntas. Muito mais, eu estou aqui para comemorar o que eu ouvi da parte, inclusive, de pessoas, de índios que não queriam a criação contígua da Serra do Sol.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Dando continuidade, eu passo a palavra ao Deputado Paulo Cesar Quartiero, que ajudou a organizar esta reunião, pelo prazo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, presentes, desde que chegamos aqui à Câmara, tenho falado da questão da Raposa Serra do Sol e da questão de Roraima.

Roraima se identifica com essa questão Raposa Serra do Sol. E hoje Raposa Serra do Sol já é mais conhecida que o próprio Estado de Roraima. Então, ao discutir Raposa Serra do Sol, nós estamos discutindo a existência e a sorte da população de Roraima.



Eu cito aqui, e vou continuar citando Roraima, porque é um caso didático de como as coisas acontecem quando o esquema neocolonial, que usa a questão ambiental e a questão étnica para interferir num Estado, numa população, vence, que foi o nosso caso, e os resultados que dá.

Nós temos Roraima inviabilizada. Esta é a realidade! Aqui foi demonstrado, com dados oficiais que comprovam, o que a EMBRAPA havia dito, por monitoramento de satélite.

Nós dispomos de algo em torno de 6% para atividade humana, em um Estado do tamanho do Estado de São Paulo. E não é a terra que nós escolhermos como apropriada para a atividade humana ou em que já exista uma ponte, uma rede de eletrificação. Não! É a que sobrar das requisições ambientais e indígenas.

Roraima sofreu um processo similar ao que aconteceu na Líbia, onde as nações imperialistas, com força militar, fizeram uma zona de exclusão aérea. Em Roraima, essas mesmas nações, usando outros instrumentos, infiltrados em órgãos que deveriam trabalhar pelo interesse nacional, criaram uma zona de exclusão econômica.

Quando essas demarcações retiram do cidadão, do povo os recursos naturais, os recursos hídricos, os recursos minerais, os recursos da terra, principalmente a terra para produzir alimentos, automaticamente condenam aquela sociedade, aquele povo ao aniquilamento, ao fracasso. Foi o que aconteceu em Roraima e está acontecendo na Amazônia inteira. Só que em Roraima isso é mais forte. Em Manaus é tão forte quanto, até mais do que em Roraima, mas é disfarçado pelo aparato da Zona Franca. Então, temos um Estado desestabilizado.

Nós dissemos desde o começo que a demarcação ia levar a isso e que os prejudicados seriam principalmente os índios. Por quê? Porque é a parte mais frágil. São os que mais demandam proteção da nossa sociedade. E como eles terão proteção de uma sociedade numa economia fracassada? Hoje nós assistimos àquilo... Aí é que eu digo que Roraima é um caso a ser... E eu tenho levado, insistido... Eu acho que até estão me chamando de chato, de louco, de imbecil ou de alguma coisa semelhante aqui, nesta Casa, mas eu tenho insistido. Estas pessoas que estão aqui são também responsáveis por isso? Elas podem dizer. E disse ali a senhora que nós somos mentirosos, que os índios que disseram aqui que não têm



apoio são mentirosos, que as pessoas que disseram que não houve reassentamento... Ela disse que eles tiveram, que nós somos mentirosos. Mas não tem problema. Está ali o aeroporto. Daqui a 1 hora, 1 hora e meia, 2 horas sai um voo para Roraima. Vão lá e vejam *in loco* se isso é mentira realmente, se ela está falando a verdade. Vão lá constatar o resultado, a catástrofe humana que foi feita em Roraima, o crime contra o Estado brasileiro. Está lá, vão lá ver. Não adianta ficar discutindo.

Quem esteve aqui, infelizmente... E essa reportagem da *Veja*, essa reportagem da *Band*, infelizmente — repito, infelizmente — mostram a dura e triste realidade. É a dura e triste realidade em que transformaram Roraima.

E eu pergunto: o que há por trás dessa questão da Raposa Serra do Sol? Isso parece um *iceberg*. Nós vemos apenas a parte de cima. E a parte de baixo?

Eu tenho aqui... Nós começamos essa campanha ridícula. Tentaram dizer que tudo estava resolvido lá. Quando o CIR... A primeira coisa que eles fazem é destruir as fazendas, para desaparecer a presença de brasileiros na região. Aí começamos a tímida campanha e, imediatamente, veio a reação dura. O Supremo Tribunal Federal — está aqui, olhem — mandou juízes a Roraima, ao Marajó, a Manaus, no Amazonas. Juízes federais foram lá intimar este pobre Deputado, que teve a ousadia de questionar o que aconteceu em Roraima. Estou respondendo a 12 processos no Supremo Tribunal Federal: por crime contra incolumidade pública, aqui tem... Há todo o tipo de crime, inclusive crime contra a segurança nacional. Eu sou uma ameaça à segurança nacional! O que é isso? É para abafar aquela questão e transformá-la em caso resolvido.

Se formos pesquisar realmente o que aconteceu em Roraima, vamos ver que muita coisa vai surgir. Na oportunidade da homologação, foram negociadas coisas muito importantes para a Nação brasileira, coisas que não podem vir à tona. E nós preparamos aqui — a nossa assessoria —: *Aspectos jurídicos da demarcação da Raposa Serra do Sol*. Vejam a armação que foi a demarcação da Raposa Serra do Sol, começando pela antropóloga, que nem lá foi, e assim por diante. Conta toda a história: os golpes, os tombos que nós ganhamos até no Supremo. Extinguiram uma portaria e criaram outra, para poder homologar.



Aqui diz, no final, que foi julgada no Supremo Tribunal Federal uma ação do Estado de Roraima contra a União, uma questão federativa. Nós não éramos parte no processo. Nós, arroteiros, não éramos partes. Nenhum agricultor era parte. Contudo, fomos condenados, sem direito a defesa. Nós não fazíamos parte do processo, e levamos aquele negócio... Policiais tocaram todo mundo na marra, e até hoje ninguém tem ordem de despejo, a não ser este aqui.

E, no fim, para complementar, nós entramos com embargos declaratórios, mostrando as irregularidades desse processo, e até hoje não foram julgados. Então, eu pergunto: como é que o Supremo Tribunal Federal tem gente, disposição, dinheiro, para ir a Roraima atrás de todo o mundo, para dizer que eu demoli uma viatura da Polícia Federal com um chute — com um chute! Outro processo é por desacato, porque eu teria dito que o policial federal estava com mau hálito. Mandaram um juiz federal a Roraima! Quanto dinheiro público! E dinheiro público para ir lá... Essas denúncias do não cumprimento de ordens do Supremo Tribunal Federal, do STJ, que foram feitas aqui...

E a Regina não falou: eles vieram aqui reclamar do Dr. Jirair e foram tratados quase como cachorros. Por que não usam a mesma diligência que usaram para tentar abafar o caso para resolver as pendências que eles próprios criaram?

A doutora disse que nós estamos criticando o Supremo Tribunal Federal. Sim, eu acho que neste caso há muitos culpados. Isso aqui fede. O caso Raposa Serra do Sol fede. Se nós mexermos aqui, sabe Deus o que vai sair. Mas o maior responsável, o maior culpado por isso se chama Ministro Ayres Britto. Ele induziu o Supremo Tribunal Federal ao que talvez seja o maior erro judiciário do Brasil. Ele é responsável por isso e é responsável por ter possibilitado um decreto que é uma traição aos altos interesses da Nação brasileira. É um ato genocida contra a população do Estado de Roraima, contra o nosso povo. Essa é a realidade. O resto é filosofia para tentar nos tirar do foco do que foi realmente uma grande traição ao nosso País, ao nosso povo. E vejam a covardia do Governo Federal. O Estado de Roraima é fraco, estava fragilizado, é o mais fraco... Não esperaram nem criarmos estrutura para nos agredirem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Para concluir.



O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO - Já estou concluindo, Sr. Presidente.

E nos agrediram de forma cruel. E por que essa crueldade contra a nossa população? Por que a crueldade contra a nossa população? Por quê? O que nós fizemos para merecer o tratamento que a Nação brasileira, que o Governo brasileiro dispensa ao nosso povo, às nossas pessoas, aos seres humanos que constituem o nosso povo, como ali estão: branco casado com índio, índios, todos descontentes, todos se sentindo traídos nas suas ambições de melhorar de vida? É este protesto que nós temos de levar. Nós vamos recuperar Roraima. Se Roraima não se recuperar, pelo menos tem de servir de exemplo para o País, para que não aconteça no resto do País a mesma coisa que aconteceu em Roraima.

E vamos substituir essa questão de Raposa Serra do Sol — Revisão já! por Raposa Serra do Sol — Retorno já! Vamos nos unir, povo de Roraima, e voltar para lá. (*Palmas.*)

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Concedo a palavra ao Deputado Moreira Mendes.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, para ser bem rápido, vou me permitir não cumprimentar todos. Aos que vieram aqui, muito obrigado. Aqui trouxeram informações importantíssimas, talvez, meu querido Deputado Quartiero, para desmascarar essa mentira de pessoas do Governo, deste Governo, do Governo anterior, da FUNAI, que não têm responsabilidade nenhuma com o índio. É tudo uma farsa. Isso aqui serviu para isto: para mostrar grandeza. Estão ali índios que vieram aqui contar a verdade. Eu tive informação, inclusive, porque fui pesquisar, de que 80% dos índios que vivem na comunidade Raposa Serra do Sol não queriam a reserva. Isso é uma vergonha!

Eu participei, exatamente na quinta-feira passada, no meu Estado, a pedido de um procurador da República no meu Estado de um pedido de socorro à bancada federal de Rondônia para salvar os índios cintas-largas do meu Estado, que estão morrendo, porque a FUNAI se omite. Cria uma reserva para abandonar os índios, e aí cria outro problema. E pessoas como a Profa. Lyliá, que está aqui, são coniventes com isso. São maus brasileiros, que não têm responsabilidade com o País. Eu acho



que aqui nós não estamos, não, professora, diante de um “etnocídio” — eu nunca tinha ouvido falar essa palavra. Nós estamos aqui, sim, diante de uma tentativa de tirar a nossa soberania de um espaço que é brasileiro. Está aqui o general, que trouxe isso com muita clareza. E vou repetir: maus brasileiros estão aí, a pretexto de regras internacionais que o Brasil assinou, de tratados internacionais. Ora bolas! Que tratado internacional! O que interessa é ao Brasil! (*Palmas.*)

Perguntem por que os americanos não assinaram os tratados. Perguntem por que o Canadá não assinou os tratados. Por que a Nova Zelândia e tantos outros também não? Porque têm respeito com o seu povo, têm compromisso com o seu povo. Não é para fazer discurso lá fora, para embaixador brasileiro ficar fazendo bonito, não. Nós precisamos de embaixadores, nós precisamos de um Ministério de Relações Exteriores, nós precisamos de um governo que tenha, primeiro, responsabilidade com o Brasil, com o seu povo. Alguém disse aqui, e eu quero dizer que é verdade: se juntarmos a questão do meio ambiente, a questão indígena, a questão quilombola, essa separação que o Governo vende em todos os cantos, a separação entre o rico e o pobre, essa disseminação da cizânia, a separação entre índios e não índios, entre pretos e brancos, que é o que nós estamos vendo aqui no Brasil, com essa questão de reserva de cota para negro na faculdade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Para concluir.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - ...isso é para destruir a capacidade brasileira da sua soberania, é para...

Vou concluir, Sr. Presidente. Eu estou aqui desde as duas e meia da tarde esperando para desabafar. Isso aqui é uma vergonha! O que a FUNAI tem feito no Brasil não resolve o problema, porque não resolve o problema do índio. E, pior, cria um problema seriíssimo por outro lado.

O que fizeram das crianças que estavam lá, nas escolas? Eu pergunto à comunidade de Roraima: quantas crianças viviam naquelas escolas das cidades que foram desocupadas? O que foi feito dessas crianças? Estão lá, na redondeza da cidade, da Capital de Roraima, na prostituição, na droga. Será que não são cidadãos brasileiros também? Ou será que cidadão é só o índio? E aí vamos para o lado do índio. Está aí o testemunho deles: abandonados, sem estrada, sem escola, sem saúde, e a FUNAI com essa arrogância de vir... Vejam como ela olha para mim! A



FUNAI tem a arrogância de vir aqui e achar que pode tudo, que faz tudo. Não atende a um convite, não responde a um único requerimento de Deputado, de ninguém. Nunca vi a FUNAI responder. O que nós deveríamos fazer era convocar o Ministro da Justiça para vir aqui. Ele tem que vir aqui. E o que nós deveríamos fazer de mais certo seria extinguir a FUNAI, acabar com essa FUNAI, que não se presta a nada. *(Palmas.)* É lamentável, é lamentável!

Eu quero dizer, general — vou terminar olhando para o senhor —, que eu tenho orgulho quando vejo pessoas como o senhor dar um testemunho como o que o senhor trouxe aqui. Eu fico realmente honrado em saber que nós ainda temos brasileiros decentes, que querem entregar aos seus filhos e aos seus netos um Brasil do tamanho do que eu recebi. E eu vou lutar até a última gota do meu suor para entregar aos meus netos e aos meus filhos um Brasil do tamanho do que eu recebi, não este que a FUNAI quer, para poder entregar parte nas mãos de interesses estrangeiros. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - O próximo orador é o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Aproveito a veemência do Deputado Moreira Mendes, com certeza indignado, como todos estamos, e aproveito a presença do Márcio, ex-Deputado Federal que tanto lutou nesta Casa, antes do Deputado Quartiero, para evitar que isso acontecesse, para contar uma história que vivenciei como Deputado Federal, da qual participaram o Deputado Márcio, o Deputado Micheletto e alguns outros Deputados.

Tivemos uma audiência com o Ministro do Supremo Tribunal Federal Ayres Britto. O Deputado Micheletto está sinalizando que se lembra, e o Márcio me disse agora que se lembra também.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, naquela ocasião, fomos visitar o Ministro Ayres Britto. Éramos uns 20 Deputados e de 5 a 10 Senadores — não me lembro quantos —, numa sala cheia. O Ministro Ayres Britto pegou um mapa contínuo da Raposa Serra do Sol, colocou sobre uma mesa, pegou outro mapa dos minerais de Roraima, General Maynard, colocou um em cima do outro e nos disse: *“Srs. Deputados, Srs. Senadores, olhem isso aqui e vejam a coincidência. Os limites da Raposa Serra do Sol são exatamente os limites do mapa mineral de Roraima. E*



eu, como Ministro do Supremo Tribunal Federal, jamais vou permitir que isso aconteça, porque aqui há alguma coisa estranha por trás”. Esse foi o testemunho que ouvi como Deputado.

Gostaria de saber as razões — aliás, acho que o Ministro deve isso não só a Roraima, mas também ao Brasil —, uma resposta do porquê de ele mudar de opinião. Por que o Ministro Ayres Britto mudou de opinião? Que força havia por trás disso tudo para ele mudar uma posição daquelas, testemunhada por Deputados e Senadores?

Contei essa história porque fiquei indignado no dia em que, acompanhando a decisão do Supremo Tribunal Federal, vi o relatório do Ministro Ayres Britto, mudando completamente aquilo que havia dito, testemunhado por dezenas de Deputados e Senadores. Esta é a pergunta que faço: por que o Ministro Ayres Britto fez essa mudança? Ele deve essa explicação à Nação brasileira. E, se tivéssemos autoridade de trazer o Ministro à Comissão, gostaria que ele viesse nos dizer o que aconteceu, qual foi o motivo, que força tão grande o fez mudar de opinião dessa forma.

Eu também luto muito nessa questão indígena e não sou contra os indígenas, sou a favor dos indígenas, que são brasileiros iguais a nós todos que estamos aqui, aliás, dito pelo cacique Sílvio da Silva, que é o chefe da Raposa Serra do Sol. Já o ouvi falar em Boa Vista, quando lá estivemos numa audiência pública sobre o Código Florestal, e ele contou uma história até engraçada, que sempre repito: *“Quartiero, quando vocês estavam aqui, havia pássaros para nós caçarmos, havia bichos para nós comermos. Hoje, vocês foram embora, não existe mais caça para nós caçarmos, não existe mais bicho para nos comermos. Nem boi para nós roubarmos de vocês existem mais”*. Não foi isso, Sílvio? *(Risos.)* Ele estava brincando, mas foi o que ele disse.

Então, na verdade, a FUNAI é isso. Na minha Santa Catarina, tenho meu pessoal de José Boiteux, que tem uma área de 15 mil hectares demarcada pela FUNAI. Eram 20 mil, a própria FUNAI tirou 5 mil e agora quer mais 39 mil hectares no meio das cidades.

Nós trabalhamos muito. Tenho aqui um dossiê completo de projetos de decreto legislativo para acabar com dezenas de portarias criadas pela FUNAI. Não



consegui avançar nesta Casa, que não tem coragem de fazê-lo. Às vezes, a professora tem até razão. Muita coisa está na lei, sim, porque esta Casa foi covarde e votou, não discutiu, não foi a fundo saber como estava, e agora está pagando o preço. E a sociedade tem de cobrar, sim, desta Casa decisões importantes, porque muita gente daqui faz um discurso lá e aqui dentro vota e briga contra a decisão.

General, vou encerrar parabenizando V.Exa. pela brasilidade demonstrada. Não entendo como o Conselho de Defesa Nacional permite uma coisa dessas. Todos sabemos que, se um agricultor estiver a 150km da fronteira, não é dono da propriedade e é até expulso dela, como em Santa Catarina ainda há agricultor até hoje sendo expulso por estar na faixa de fronteira de 150km. Como é que o Conselho de Defesa Nacional não tem força para assegurar isso, para dizer que terra indígena também é terra brasileira e que o Exército tem de ter acesso a ela? Que história é essa? Que história é essa, que não entendi ainda?

Estava dizendo ao Deputado Jair Bolsonaro, que também é militar: *“Como é que vocês deixam acontecer uma coisa dessas?”* Há que se falar também com nossas Forças Armadas, porque elas sabem disso, e V.Exa. trouxe aqui a realidade, com coragem. Parabéns! As Forças Armadas têm de fazer isso.

Quero tratar de uma questão importante que o senhor levantou, que é o tal do nióbio. Só vou ler um trechinho, para encerrar, Presidente. Recebi um farto material sobre o nióbio de um brasileiro que leu uma reportagem e me enviou *e-mail* dizendo o seguinte: *“Apenas por curiosidade, será que é verdade esse caso do nióbio? Abraço forte, sucesso na luta”*. Foi o diretor de uma cooperativa de Santa Catarina que me enviou esse *e-mail*, de que vou ler só um trechinho. Ele fala o seguinte sobre o nióbio:

“Como é possível o fato de o Brasil ser o único fornecedor mundial de nióbio — 98% das jazidas desse metal estão aqui, sem o qual não se fabricam turbinas, naves espaciais, aviões, mísseis, centrais elétricas e superações — e seu preço para venda, além de muito baixo, ser fixado pela Inglaterra, que não tem nióbio algum? Os Estados Unidos, a Europa e o Japão são 100% dependentes do nióbio brasileiro. Como é possível



que, em não havendo outro fornecedor, nos seja atribuída apenas 55% dessa produção, com os 45% restantes saindo extraoficialmente, não sendo assim computados? Estamos perdendo cerca de 14 bilhões de dólares anuais e vendendo o nosso nióbio na mesma proporção, como se a OPEP vendesse a 1 dólar o barril de petróleo. Mas o petróleo existe em outras fontes; o nióbio, só no Brasil, podendo ser uma outra moeda nossa. Não é um descalabro alarmante?"

Essa é a declaração de uma pessoa que fornece os dados e, inclusive, indica algumas pessoas envolvidas nesse processo de comercialização do nióbio para fora.

Gostaria que o general nos falasse algo a respeito, porque é uma denúncia muito grave e, se essa questão está ligada à Raposa Serra do Sol, com certeza ela interessa ao Brasil, e precisamos levantá-la e defendê-la.

Sr. Presidente, a mesma preocupação com a Raposa Serra do Sol está em Santa Catarina, no seu Rio Grande do Sul, em todo o Brasil. A metodologia é a mesma, a cartilha da FUNAI é a mesma: antropólogo que não respeita a Constituição, professora, não respeita o que está lá bem claro: *"as terras que ocupam"*, não as que ocuparam. A Constituição de 1988 é bem clara, no art. 231. Não vejo como interpretar de forma diferente a Constituição brasileira. O Constituinte foi claro ao dizer que terras indígenas são aquelas que eles tradicionalmente ocupam, na data da promulgação da Constituição Federal. Agora vêm com a história da imemorialidade, e não funciona. Isso é invenção da FUNAI, é invenção de antropólogos, que, aliás, não dão direito de defesa. Quem pode se defender? E, se puder se defender, quem vai decidir será a própria FUNAI, cujo Presidente, que deveria estar aqui, já me disse: *"Por que eu vou julgar contra um processo que fui eu mesmo quem fez?"* Ele disse isso a mim, na minha cara! Então, é realmente difícil trabalhar em cima disso.

Faço um apelo ao Presidente e aos nossos Deputados: vamos ter coragem, vamos mudar a lei. Há projetos de decreto legislativo, Deputado Micheletto, pelos quais poderíamos anular um ato do Poder Executivo que exorbita a lei. O decreto



legislativo está na Constituição, e nós não temos coragem de votar um decreto legislativo aqui? Temos proposta de emenda à Constituição do Deputado Aldo, do Deputado Ibsen Pinheiro. Eu tenho um projeto também regulamentando a identificação de terras indígenas. Mas nada anda, porque as pessoas que defendem essa área, ideologicamente, não deixam andar nada nesta Casa. Até os projetos que saem da Mesa são direcionados àqueles que são contra, para derrubarem os nossos projetos que tratam desse assunto. Já fiz a denúncia na Mesa da Câmara dos Deputados. Podem verificar como é verdade o que estou dizendo. Então, é difícil.

Por fim, eu queria dizer à professora que respeite o nosso indígena, que vem aqui falar por ele. Ouça os nossos indígenas. Acho que, assim, a FUNAI vai começar a acertar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Dando continuidade, passo a palavra ao Deputado Francisco Araújo.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ARAÚJO - Sr. Presidente, primeiramente, quero parabenizar esta Comissão pela atitude corajosa, por iniciativa do nosso Deputado Josué Bengtson, juntamente com o Deputado Paulo Cesar Quartiero, de convocar esta audiência pública.

Quero parabenizar o Governo de Roraima, o Governador Anchieta, por ter enviado um representante, o Deputado Márcio Junqueira, que está no ITERAIMA, e a Assembleia Legislativa, que enviou um representante, o Deputado Rodrigo Jucá. Quero parabenizar o tuxá Emanuel e o tuxá Sílvio, representantes do povo indígena de Roraima, a Regina e os demais presentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, sou Deputado pelo Estado de Roraima, onde estou há pouco mais de 7 anos. Acompanhei a luta do guerreiro Deputado Paulo Cesar Quartiero, uma vítima, como todos os que estão aqui são vítimas e são guerreiros.

Ao ouvir hoje a professora representante da FUNAI, e devo respeitar sua opinião, muito me entristeceu quando se colocou delicadamente a desacreditar duas lideranças indígenas do nosso Estado que vêm aqui dizer a verdade, e ela disse que eles não estão dizendo a verdade; quando se põe a desacreditar uma reportagem



séria, como a da *TV Bandeirantes*, que mostrou ao Brasil e ao mundo a situação dos nossos índios; quando vem desacreditar a reportagem da revista *Veja*; quando vem desacreditar S. Galego, que está aqui e que hoje vende espetinho, praticamente chamando-o de mentiroso.

Quero dizer aos colegas Deputados, que, pelo amor de Deus, abram os olhos, abram a mente! O que o general falou — e está de parabéns — foi que há muito mais na Raposa Serra do Sol do que imagina a nossa vã filosofia! A decisão do Supremo foi um jogo de cartas marcadas. Está aqui o Deputado que falou. Os senhores viram que um único Ministro foi contra, o Ministro Marco Aurélio, que suscitou como jurista as nulidades daquela ação, na qual as partes diretamente envolvidas sequer foram citadas ou intimadas a se manifestar. Ou seja, empurraram-nos tudo goela abaixo.

Muito bem disse aqui o Major Faradilson que nós, com toda a força, com toda a SODIUR, com todas as lideranças, com a nossa liderança de Governo, com todo o mundo, com toda a população, Governo e Assembleia Legislativa, não conseguimos vencer um pequenino grupo representando as ONGs, representando os interesses da Igreja Católica, lá dentro do nosso Estado.

Mas ainda não percebemos a questão maior. E qual é a questão maior? Quem não ouviu o ex-Presidente Al Gore dizer que a Amazônia não é nossa? Quem nunca o ouviu dizer isso? E nós estamos aqui, como representantes do povo brasileiro, inertes.

Acho que esta Comissão e esta Casa precisam dar uma resposta. Estão aqui colegas indígenas. Muito se fala de território ianomâmi — acho que o general também deve ter ouvido falar a respeito —, um Estado independente, e tudo caminha para que isso aconteça, com apoio da FUNAI, porque a FUNAI não vai à maloca da Malacacheta, do Canauanim, onde não existe minério, para ver a situação de miséria que existe lá. Mas às terras dos ianomâmi e à Raposa, onde há minério vai; e vai de helicóptero. Mas vá ver a situação do povo daquelas comunidades, sem remédio. Aquela matéria da índia no lixão é uma vergonha, e a FUNAI diz que não, que lá existe geração de renda. Geração de renda onde? Só se for em outro Estado, em outro país, não em Roraima.



Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Paulo Cesar Quartiero, esta audiência pública, graças a Deus, serve como a luz no fim do túnel que não tínhamos. A Constituição, em seu art. 49, inciso V, dá a esta Casa de leis poder para sustar, mediante decreto legislativo, aqueles atos que extrapolam o limite do Poder Executivo. Nosso Regimento Interno, em seu art. 24, inciso XII, também dá a esta Comissão Permanente poder para, por meio de decreto legislativo, sustar o malfadado decreto que homologou a Raposa Serra do Sol.

Pelo amor de Deus, senhores! Vemos aqui os próprios indígenas dizerem que são contra; vemos aqui toda a comunidade de produtores e agricultores dizerem que são contra tudo o que foi feito com nosso Estado; vemos a imprensa fazer isso; vemos um general fazer uma excelente explanação aqui e mostrar que nossas fronteiras estão em jogo, e são o interesse nacional, e ninguém vai tomar uma posição? Ninguém vai fazer nada? Mostram que o minério todo está naquela região e ninguém vai fazer nada?

Deixo aqui este alerta, deixo esta sugestão a esta Comissão, que tem o poder de fazer isso — fica até como forma de requerimento, como forma de resultado desta reunião —: que seja proposto um projeto de decreto legislativo para sustar os atos daquela malfadada portaria governamental que está acabando com o nosso Estado.

Para finalizar, quero trazer ao conhecimento dos colegas que recentemente fiquei sabendo que aumentaram mais ainda o tamanho da área confiscada que tínhamos para produzir, Deputado Márcio Junqueira, Deputado Paulo, através da Lei 12.058, de 2009, que trata de tributos. Inseriram no art. 44 uma questão que aumenta a área da reserva ianomâmi. Daí se conclui que, quando se trata da questão indígena no Estado de Roraima, dos índios que estão dentro da área de minério, tudo é feito de forma obscura, sem o conhecimento das partes interessadas e sem o conhecimento do povo.

Era o que tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Deputado Moacir Micheletto.



O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar todos os presentes, na pessoa dos nossos líderes indígenas.

Estou aqui desde os primeiros minutos para ouvir os depoimentos e tenho o compromisso de fazer um relato bem rápido e sucinto.

O Presidente da Câmara, na época, Aldo Rebelo, criou uma Comissão Externa destinada a avaliar *in loco* a situação da demarcação da área contínua da reserva Raposa Serra do Sol, da qual tive a oportunidade de ser o Presidente. E aqui se encontram dois Deputados que fizeram parte dela: Luis Carlos Heinze e Jair Bolsonaro. Não vou citar os nomes dos demais, porque não estão aqui. E o Relator foi o hoje Senador da República Lindbergh Farias.

Quero dar um depoimento dizendo a todos os que aqui estão que, entre o depoimento de mil antropólogos e os que ouvi hoje, eu fico com o depoimento dos nossos indígenas que estão aqui.

Faço esta declaração porque este relatório foi feito em 21 de fevereiro de 2000, e a Comissão Externa começou a trabalhar no dia 5 de fevereiro de 2004. No dia 10 de março, montamos o roteiro. Nos dias 16, 17 e 18 de março, nós dessa equipe, esses Deputados, essa Comissão ficou no Estado de Roraima, onde fizemos o levantamento. Aqui está o relatório. Vou entregar em mãos a V.Exa. para que fique armazenado nos arquivos da Comissão de Agricultura, porque, lamentavelmente, um relatório completo foi entregue a S.Exa. o Presidente da República à época — quero me reportar àquilo que o nosso general colocou há pouco — e recomendava no penúltimo dos seus 33 itens de recomendações do Relator:

“Entendemos também ser imprescindível que se convoque reunião do Conselho de Defesa Nacional para que este debata em profundidade e se pronuncie sobre a questão que envolve a segurança nacional em zona de fronteira e, principalmente, no Estado de Roraima.”

Lamentavelmente, o Ministro de Justiça à época... E me sinto aqui como um brasileiro envergonhado e, acima de tudo, indignado, porque o Presidente na época avalizou o relatório da antropóloga Maria Guiomar de Melo, que por sinal nem



brasileira é, um relatório que nós vimos e que tinha milhares e milhares de coisas erradas e inverdades. A Presidência da República não aceitou o relatório dessa Comissão, não aceitou um relatório de uma Comissão constituída pelos Srs. Senadores, inclusive um relatório produzido pelas lideranças do Estado de Roraima.

Este aqui diz a verdade. E nós sabíamos que iria acontecer esse fato que está aqui.

A professora que está aqui representando quem deveria estar aqui, o Presidente da FUNAI, é a única voz dissonante de tudo aquilo que vimos. E estamos via Internet, o Brasil está vendo. Isso aqui deveria ter sido... A grande imprensa nacional deveria estar colocando para o Brasil inteiro o que está sendo debatido nesta Casa. O que está sendo feito ao povo e aos indígenas de Roraima é um crime.

Eu me lembro, Deputado Quartiero, que a primeira audiência pública foi num barracão de sua propriedade. Fizemos audiências públicas com mais de 3 mil índios. Percorremos o Estado de Roraima de ponta a ponta. O General Heleno, inclusive, na época, nos deu condições de avaliarmos a situação e trazer um relatório que tem consistência. É um relatório que expressa o sentimento do povo de Roraima, que expressa o sentimento do agricultor de Roraima e que expressa o sentimento do povo brasileiro, porque o Brasil é um país continental, e lá no meu Paraná não se sabe o que é viver num Estado como Roraima, onde eu teria orgulho de poder morar.

Não é possível que não haja condição de fazermos com que seja revisto esse problema que fez com que a Raposa Serra do Sol ficasse com uma área contígua.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer a V.Exa. — e já tivemos um grupo de Parlamentares falando com o Presidente João Paulo, da CCJ — que tramita na Casa a PEC 215, de 2000, cujo Relator é o Deputado Osmar Serraglio. Temos que colocá-la em votação. Ela diz que a demarcação de terras indígenas deve ser autorizada pelo Congresso Nacional. Não poderá ser mais por portaria da FUNAI, não poderá ser mais por decreto. Terá que passar por esta Casa.

Nós fomos proibidos de entrar em áreas indígenas em Roraima, nós Parlamentares, que representamos o povo. Vejam os senhores que barbaridade! Temos hoje uma Constituição, e esse decreto, todo esse regramento, toda essa



política feita pela FUNAI desobedece, não cumpre a Constituição Federal, como o nosso general colocou há pouco.

Então, Presidente, para encerrar, quero entregar a V.Exa. este documento. Não sei onde o Governo o colocou, se o jogou no lixo ou não, mas que ele sirva de diretrizes, além do relatório do Senado Federal. Este é o relatório da Câmara, de companheiros que me acompanharam nessa Comissão, como citei há pouco, o companheiro Bolsonaro e o companheiro Luis Carlos Heinze.

Portanto, estou indignado, com vergonha, acima de tudo, de assistir ao depoimento que vimos aqui com tristeza sobre aquilo que está acontecendo por um laudo de uma antropóloga, quando o Governo deveria ter ouvido o Congresso Nacional. Sou solidário a nossa querida Roraima, sou solidário aos nossos indígenas e aos nossos companheiros do campo que constroem e ajudam a fazer de Roraima um grande Estado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Obrigado, Deputado Moacir.

Próximo inscrito, Deputado Alceu Moreira, do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho a impressão de que para se construir uma pauta dessas com essa unilateralidade, um jeito de pensar só de um lado, era preciso que alguém tivesse, no mínimo, um compromisso ideológico, acadêmico, urbano. Não podia ser alguém que tivesse um mínimo de noção da realidade do Brasil. Isso é tão surreal, tão impossível de acontecer que contamos para as pessoas e elas não acreditam: "*Não, isso não pode ter acontecido, isso não é verdade*". Está acontecendo no Brasil inteiro. A Raposa Serra do Sol é só o título desse triste capítulo. Vem mais por aí.

No Rio Grande do Sul, o proprietário morando na beira da cerca vê o índio assando carne na pia da casa dele. O índio melhorou? Não! A mortalidade infantil do índio está em 60 a 70 por mil nascidos vivos, porque não existe nenhuma política pública decente para os índios. A tal da proteção, da feira, da promessa de que vai acontecer isso, vai acontecer aquilo, não é bem assim. Para que acontecesse, fomos obrigados, no Governo do Estado, a fazer um programa de inclusão indígena, para dotar a área de políticas públicas capazes de proteger os índios com um pedaço de chão de morar. Tivemos de cortar postes, serrar postes da nossa



companhia de energia elétrica para fazer casas para eles morarem, porque estavam morrendo de frio, no abandono. E não é só isso.

Temos agora os quilombolas também. Preocupado com isso, pedi para fazer um estudo. Estou com o mapa na mão. O estudo está aqui. O que diz? As propostas de demarcação de terras no Brasil, as mais diversas, transformam o Brasil, que fica com 31,54% de reserva legal, 268 milhões de hectares; 16,94% de APPs, 144 milhões de hectares; 14,7% de terras indígenas, 125 milhões de hectares; 13,98% de unidades de conservação, 119 milhões de hectares; e 2,9% de quilombos, 25 milhões de hectares, sem falar nas áreas de preservação estaduais, porque essas eu não tenho, e nos pequenos córregos e nascentes, que não se tem que avaliar o tamanho. Sabem quanto sobra para plantar? Menos de 20% do território nacional.

Essa área verde que está aqui no meio é a única em que se consegue produzir alimento no Brasil. Pelo que percebo, os fantásticos ideólogos dessa corrente vão conseguir transformar o Brasil num belo jardim botânico para que o mundo aprecie e possa explorar os minérios, enquanto a população morre de fome, olhando para a mata. Fica ali, olhando para a mata, admirando e morrendo de fome, porque não tem como produzir.

É inconcebível uma coisas dessas! Falando aqui com o Reinaldo, chegamos a uma conclusão — vários instrumentos podem ser montados, mas um eu quero propor agora. Nós queremos sugerir uma Comissão Parlamentar de Inquérito, uma CPI, a ser proposta por esta Comissão. Que se colham as assinaturas dos Parlamentares, para trazer para cá todas as autoridades, esses que se julgam mais brasileiros do que os outros e que, bem pagos pelas ONGs, estão subtraindo o Brasil na calada da noite ou no silêncio das matas. É uma subtração odiosa, criminosa a que está acontecendo com o Brasil, porque não protege os negros nem os índios. Não serve a ninguém. Serve a meia dúzia de almofadinhas, que, com a cabeça montada a partir de certos ideários, acabam pensando que são a solução e a justiça para o mundo. Nós não podemos concordar com isso, que é ofensivo ao Brasil e vai transformar este País, que teria um grande futuro e poder competitivo.

Nós queremos discutir sustentabilidade — esse termo é fundamental —, nos aspectos social, ambiental e econômico. Nós queremos esse debate, mas não imaginamos que se possa fazer demarcação de terras indígenas sem conversar com



os índios. E agora uma antropóloga ou um antropólogo, essa figura inusitada que apareceu entre nós, que tem mais força que a própria Constituição, é capaz de dizer que o Zeca fica dentro, e o Maneca fica fora de tal área. Ela é quem estabelece a linha. A santa poderosa diz: “Agora eu posso isso; tu ficas fora e tu, dentro. Eu que mandei e acabou a conversa”. “Não, mas meu pai estava aqui e meu avô”. “Não, serão deportados”. Lá fica a Igreja que ajudaram a construir, a escola em que estudaram, a história da família, a casa, a propriedade. Não passarão de uma saudade além da porteira, porque logo depois virará chama para se destruírem os vestígios de que ali existia uma comunidade harmoniosa. Que vergonha! Que vergonha! Como alguém pode acreditar que está fazendo bem para o Brasil? Custa-me acreditar que alguém de boa-fé esteja nisso. Mas até posso crer, de repente: já vimos alguns países completamente devastados por credices ideológicas. Pessoas morreram. Gente que se mata, pensando que está fazendo uma penitência em benefício de Deus. Veem-se esses alucinados, que mereciam muito mais um pouco de hospício do que estar num órgão público. Não são sérios. Certamente, não. Certamente, não. *(Palmas.)*

Quero concluir, dizendo que esta Casa, em nome da população brasileira, em defesa da população afrodescendente, em defesa da população indígena, em defesa da população brasileira com áreas de preservação ambiental, precisa instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para fazer responderem aqui esses que dizem que querem o bem da sociedade, que querem promover, baseados na antropologia, o retrocesso da vida — o índio não pode evoluir; tem que voltar a ser primitivo como era. Que esses respondam aqui.

Nós ouvimos muitas vezes que a Amazônia não é nossa. Quem sabe alguém já a vendeu em conta-gotas na calada da noite e mentiu para os outros, dizendo que era mais brasileiro que qualquer um.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Passamos a palavra ao ex-Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes.

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Eu gostaria de mostrar este mapa, que, acho, pouca gente conhece.

(Segue-se exibição de imagens.)



Ele é muito interessante porque mostra que ou são área indígena, ou de preservação permanente, estadual ou federal, praticamente toda a divisa brasileira, o Acre inteiro e Rondônia praticamente toda. Observem também que foi feito um cinturão, que ou é reserva indígena, ou é reserva estadual, ou é reserva federal. Trata-se de um anel que começa no Acre, vem vindo e chega até aqui, atravessando praticamente o Brasil inteiro.

Nada disso aconteceu por acaso. Alguém acha que tudo isso aconteceu por acaso? Foi aprovado pelo Congresso Nacional? Alguém teve conhecimento disso? Não, foi surgindo: atos em cima atos. E o que isso mostra? Que a fronteira brasileira está praticamente toda isolada por algum tipo de reserva. E se criou uma barreira de comunicação no sentido norte-sul, porque não se pode passar aqui: ou se passa por dentro de uma reserva ambiental, ou se passa por dentro de uma reserva indígena. Não se tem como subir aqui através de vias. Nem hidrovias se podem utilizar. Evidentemente, alguma razão existe para isso, que já foi muito discutido e debatido aqui.

Aqui não está tudo, mas se observa, por exemplo, que o Acre só tem a possibilidade de utilizar 5% do seu território. Neste mapa só aparece a calha do Amazonas na parte de alagamento, mas não aparecem os pequenos rios, os pequenos riachos, que também teriam de ter suas reservas. Então, quando se desconta tudo e se veem todas as APPs que se têm de montar em torno disso, só sobram 5%. Aqui só sobram, já foi dito, 1,5 milhão de hectares mais ou menos — 1 milhão e 400 mil hectares — de 22 milhões de hectares e assim por diante. Nesta área aqui, praticamente nada. No Estado do Pará, praticamente só isto aqui, porque destas pequenas áreas em branco ainda é preciso guardar 80%. Nem há como fazer infraestrutura nestas pequenas áreas em branco para que elas possam ser exploradas. Então, evidentemente, há alguma razão para isso. Não surgiu sem uma estratégia por trás.

Pedi a palavra, embora tudo tenha sido tão bem abordado por todos que me antecederam, que mostraram tão bem sua indignação, para também mostrar minha indignação. Eu tomei conhecimento da história da Raposa Serra do Sol — para mim foi um desastre anunciado — exatamente quando a Comissão da Câmara esteve lá e apresentou um relatório. Tive acesso ao relatório e depois a uma entrevista muito



longa do Aldo Rebelo a respeito do assunto, o que claramente mostrou que era isso que iria acontecer.

Efetivamente isso nos deixa indignado e triste. Como alguém já disse, não se trata de algo que está acontecendo só em Roraima, não. Lá o problema foi mas agudo, lá ele tem um nome, mas está acontecendo — e vai acontecer — em outras áreas do Brasil também. Ou seja, nós temos que reformular todo o processo de decisão. O processo de decisão está errado: a forma como as coisas acontecem, a forma como se limita uma área de quilombola, uma área indígena ou uma área de proteção ambiental. O processo todo tem que mudar porque efetivamente uma minoria, por razões às vezes política, às vezes ideológica, ou até por desinformação, acaba decidindo em nome de toda uma sociedade, em nome de todo um povo. Isso não pode ocorrer.

Então, nós temos de criar algo, Deputado Alceu — V.Exa. disse bem. Não sei se o caso é de uma CPI, mas esta sessão não pode virar apenas uma sessão de desabafo. Ela tem que levar a alguma coisa concreta, objetiva, que vá desde o item 1, que seja rever a situação — eu acho que ela merece ser revista; há fatos claros, lógicos, precisos, para serem revistos, e os Governos existem para rever suas posições —, até o futuro encaminhamento de um processo de decisão que seja adequado à complexidade dos problemas sobre os quais se têm de decidir, sem ficar na mão de pequenos grupos.

O que nos chocou aqui também foi a falta de bom senso em determinados momentos. Tudo bem, estava decidido, mas não se pode chegar à casa de uma pessoa e dizer que ela tem 20 minutos para sair. Chocou a truculência da Polícia Federal, a falta de bom senso, enfim, de todos os órgãos envolvidos. Não vou citá-los. Até relacionei os órgãos que seriam responsáveis por isso.

Eu diria um pouco mais. Desculpem-me, há aqui um Senador Líder. Vi que citaram aqui alguns Deputados, mas ninguém citou, por exemplo, a figura forte que pode representar efetivamente o Estado, que não é o Deputado, mas o Senador. Como essas coisas aconteceram? Eram Líderes do Governo. Alguém fez essa pergunta aqui e eu também a faço com todo o respeito. Eu sei que o Governador, na época, esteve aqui. Vejam bem, o que estou dizendo agora... O Deputado Quartiero pode ser prova disto. S.Exa. nem era Deputado; eu o encontrei no Mato Grosso. A



minha indignação vem desde aquela época. O grande líder que eu conheci foi o Quartiero, sem conhecê-lo. Eu o vi lá e disse: “*Opa, você foi o grande líder*”, no sentido de pelo menos se contrapor. Se bem que essa não é a questão. A questão que eu coloco é que nós precisamos de duas coisas: uma, já mencionada, diz respeito a como se rever o processo; outra, a como os processos de decisão vão-se dar no futuro. Quer dizer, nós precisamos alterar a legislação. O Deputado Micheletto disse aqui que há uma PEC. Enfim, temos que ter alguma coisa. O processo decisório não pode continuar da maneira como está.

Desculpem-me, foi também um desabafo, só que eu espero que não fique só no desabafo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - O próximo inscrito é o Deputado Jair Bolsonaro.

Não sei se o Senador Romero Jucá quer-se pronunciar...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Vamos permitir ao Senador falar; depois falará o Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Eu quero, em rápidas palavras, dizer que estou solidário ao movimento. A situação da Raposa Serra do Sol marcou muito o Estado de Roraima.

Eu, pessoalmente, tinha uma proposta intermediária de demarcação, que defendi junto ao Governo e junto às partes. Infelizmente, a proposta não foi levada em conta. Meu voto foi vencido na articulação. Eu entendia que a demarcação poderia ser feita de forma diferente, retirando-se vilas, retirando-se todo o vale do arroz, um vale produtivo importante, retirando-se algumas comunidades que são históricas e algumas áreas.

A demarcação não precisava ter sido feita daquela forma. Infelizmente, foi uma decisão tomada pelo Governo. Nós lutamos contra ela, mas perdemos a batalha. É importante a revisão do processo, não só no caso da Raposa Serra do Sol.

É importante se discutir efetivamente de que forma a política indigenista pode ser melhorada. Na verdade, política indigenista não implica só demarcar terra



indígena. Há uma série de ações que precisam ser feitas. Por exemplo, já foi criada pelo Governo, há pouco tempo, a Secretaria Especial de Saúde Indígena, no Ministério da Saúde. Foi um ganho, um feito positivo. Entretanto, outros feitos positivos são necessários: PRONAF Indígena, financiamento para produção e equipamentos, enfim, outras condições de educação. Tudo isso precisa ser feito.

Então, eu quero aqui registrar a minha posição, que é proativa, em favor de se procurar melhorar a atuação da política indigenista. Inclusive, está tramitando na Câmara dos Deputados uma proposição de minha autoria, o Projeto de Lei nº 1.610, de 1996, que regulamenta a mineração em terra indígena, um projeto extremamente importante.

Isso precisa ser definido para que efetivamente não se tenha mais a desculpa de se demarcar terra indígena por conta da necessidade de se fazer o congelamento de minérios. Esse é um ponto que a Câmara precisa analisar. O projeto já passou por algumas comissões. Houve uma Comissão Especial, o Deputado Edio Lopes, que está aqui, foi seu Presidente. Nós estamos pedindo a renovação da Comissão Especial exatamente para que o relatório que foi feito possa ser votado, e o processo possa andar.

Eram essas as observações que eu queria fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Agradecemos ao Senador Romero Jucá.

O próximo inscrito é o Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Sr. Presidente, eu quero dar uma contribuição para a Comissão, tenho certeza, na linha do Deputado Reinhold Stephanes e agradecer ao Deputado Quartiero porque eu estava adormecido nessa questão. S.Exa. me deu uma bronca e me convocou para vir aqui. Eu, para não ser punido no sábado e domingo que vêm pela frente, resolvi atender à convocação do Deputado Quartiero.

Sr. Presidente, quero ler aqui um editorial bem curtinho do Jornal *O Globo*. É pena que o garoto do grupo, que estava ao meu lado, acabou de sair daqui. Jornal *O Globo*, de 26 de junho de 1992, minha contribuição está baseada nisto, e eu tenho até mais um argumento em cima disto aqui:



“Criada por portaria do Ministro da Justiça, a reserva ianomâmi não conseguiu esconder, pelo tamanho descomunal, 9,4 milhões de hectares, os seus defeitos congênitos: a inconstitucionalidade de origem. A decisão ignorou o Conselho de Defesa Nacional, antecipou-se à lei complementar que regula a utilização de faixa de fronteira e à conclusão do Estatuto do Índio, etc. [...] Acrescenta-se a condição de uma entidade virtualmente inadmissível”.

Continua o editorial:

“A correção desse acúmulo de erros começa agora com a aprovação unânime, pela Comissão de Defesa Nacional da Câmara, do projeto de decreto legislativo que simplesmente extingue a reserva indígena. Falarão ainda outras Comissões, porém a perspectiva é de que o projeto Bolsonaro avance sem maiores dificuldades”.

E conclui no último parágrafo:

“Houve, sem dúvida, demagogia indigenista e ecológica, às vésperas da Rio 92”.

Sr. Presidente, na conclusão que eu quero apresentar ao pessoal aqui — pena que o General Maynard foi embora —, quero até me arvorar em general e falar da ambição que realmente se tem pela Amazônia. Hoje em dia nós podemos — a lei nos garante isto — até furtar algo a alguém por uma questão falimentar, e não somos punidos.

O General projetou ali certos minerais estratégicos que se estão acabando. E, em nome da sobrevivência de sua população, outros países não vão morrer com bomba atômica na mão, nos vendo batendo palmas para índios e para indigenistas. Vão entrar lá. E que Exército nós temos? Nós não temos Exército, Sr. Presidente. Temos homens de boa vontade, vamos assim dizer, com muito patriotismo, com muita vibração, ganhando pouco, mas não temos condições de defender a nossa Amazônia.



Inclusive agora, pessoal, querem esculhambar mais ainda as Forças Armadas, criando a Comissão da Verdade. O Governo vai indicar todos os seus integrantes para nos esculhambar. E o pessoal reclama para mim: “*Os militares não tomam posição nessa questão de reserva indígena?*” Cada vez mais vocês, meus colegas, esculhambam os militares! E vão esculhambar agora a Comissão da Defesa. O Governo gosta de apurar só o que interessa para ele.

Para concluir, Sr. Presidente, o General cantou aqui o art. 231, que diz que cabe à União demarcar as terras indígenas — à União. E o art. 48 da Constituição diz o seguinte:

“Art. 48. “Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, [...] dispor sobre todas as matérias de competência da União [...]”.

Vamos checar, vamos tirar a temperatura do Supremo Tribunal Federal. Eu, que sou capitão do Exército... Dizem que militar não tem muita cultura, vamos assim dizer, nessa área. Dizem. Eu acho que não. Eu acho que eu, particularmente, não tenho. Sou de artilharia, gosto de atirar. Mas, Sr. Presidente, eu acho que qualquer um — qualquer um —, Líder do Governo, Senador Jucá, qualquer rábula entende que demarcação de terra indígena tem que ser feita entre o Executivo e o Legislativo. Está escrito aqui! E quem pode propor, Senador Jucá, a ADIN? Os senhores sabem quem pode propor. Eu sugiro a Mesa da Câmara. Eu nem vou falar aqui no Governador do Estado ou na Assembleia Legislativa de vocês, porque tem muito mais poder, se nós conseguirmos convencer a maioria da Câmara dos Deputados, a Mesa da Câmara propor uma ADIN baseada nesses dois artigos. E vamos botar um ponto final nisso tudo. E vamos fazer com que *O Globo* volte a escrever editoriais pelo País.

Essa é a contribuição que quero dar. E vou cobrar de vocês aqui, do Deputado Quartiero, que cobrou de mim hoje, o que S.Exa. vai fazer junto aos nosso colegas da Mesa a fim de que ela proponha uma ADIN para tornar sem efeito não apenas a Reserva Raposa Serra do Sol, mas todas as reservas que foram demarcadas ao arrepio da nossa Constituição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - O próximo inscrito é o Deputado Berinho Bantim.



O SR. DEPUTADO BERINHO BANTIM - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar os Deputados membros desta Comissão, quero saudar o Deputado Quartiero por ter-me formalizado o convite. Estou bastante honrado em estar participando desta reunião. Quero saudar o Senador Romero Jucá, do meu Estado; o Deputado Estadual Rodrigo Jucá, representante, neste evento, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; o Sílvio, Presidente da SODIUR; o Manoel; os nossos conterrâneos lá de Roraima; o Sr. Galego, em cujo nome saúdo todos os macuxis roraimenses que aqui estão presentes.

Sr. Presidente, eu não tenho perguntas a fazer nem a quem direcionar minha fala. Eu quero apenas falar da minha satisfação em estar participando desta Comissão e em saber que aqui hoje se pode iniciar o processo de revisão da área Raposa Serra do Sol. (*Palmas.*) O povo de Roraima pede por isso.

Eu não tinha nenhuma propriedade rural dentro da área Raposa Serra do Sol. Portanto, não estou legislando em causa própria. Trata-se do povo, do Sílvio, que representa aqui mais de 50 tuxauas e foi ignorado pela representante da FUNAI. Acho até bom que ela tenha saído porque, nesta audiência pública, ela não vai conseguir ouvir o que gostaria, o que o Presidente da FUNAI gostaria de ouvir, o que o Governo Federal gostaria de ouvir.

Agora, hoje aqui brasileiros começaram a ser contaminados. Dizem: quando o quintal do vizinho está pegando fogo, abra os olhos, que o fogo pode ir para o seu. Corra com o balde de água para ajudar a apagar o fogo. Quando nós gritávamos, quando Márcio Junqueira gritava no plenário desta Casa, muitos brasileiros não davam ouvido ao que ele dizia. O que eu falava no plenário da Assembleia Legislativa diziam que era uma visão romântica nossa.

Nós não gritávamos e nem falávamos como roraimenses; nós falávamos e gritávamos como brasileiros. O que estava sendo mutilado era um pedaço do Brasil, não era o Estado de Roraima. Nele, nesse pedaço, tinham apenas seis arrozeiros, e diziam que essa briga, essa luta era de arrozeiros. Os arrozeiros estavam dentro dessa área e eram apenas seis, que representavam 6% do PIB de Roraima. Se fossem 60, representariam 60%.

Mas o nosso grito era exatamente por saber a situação de penúria em que eles iam ficar, porque nós já sabíamos que, nas outras áreas demarcadas pela



FUNAI, os índios passam, literalmente, fome. Os índios não têm condições de produzir nada porque o Governo Federal os deixa abandonados à própria sorte. A FUNAI não tem nenhum programa para diminuir a fome desses brasileiros, que não querem viver como ambientalistas, como homens dos cabelos amarrados, como a FUNAI quer que eles vivam. Eles não querem. Eles não querem ser mostrados para o mundo de tanga, andando nus. Eles querem mostrar para o mundo que eles são seres humanos e que têm condições e capacidade de participar juntamente com a comunidade branca. Eles querem ser integrados.

O Sílvio anda em uma L-200, branca, da SODIUR, mas eu tenho certeza que ele gostaria de andar é em uma Hilux, pois quem não gosta do desenvolvimento? Agora, dizer que, porque índio anda agora de carro, é aculturado, deixou de ser índio...

Então, Sr. Presidente, hoje aqui eu começo a ouvir algumas saídas, como as que foram ditas pelo Bolsonaro, pelo Ministro. É hora de o Congresso Nacional abrir os olhos, porque a contaminação de novas demarcações de áreas indígenas vai andar por outros Estados, e homens que produzem serão jogados, como estão aqui os representados do nosso povo da Raposa Serra do Sol; como o Aílton, que saiu da terra, e tem aqui um documento assinado por um desembargador, representando um Ministro do Supremo, e que não foi cumprido. Está aqui o Aílton: não recebeu terra, não recebeu indenização.

Então, o que nós queremos é que, a partir deste momento, dessas discussões em que aqui todo mundo aqui está inflamado, em que roraimenses estão aqui, brasileiros inflamados...

Quando o general mostrou a riqueza do subsolo, são os índios morrendo de fome em cima de uma terra rica, em cima de um subsolo rico. É exatamente assim que eles vivem. Se você for à Casa de Cura da FUNAI, vai ver a situação em que os índios vivem, esperando por um atendimento médico digno que não chega.

A FUNAI, essa cabideira... Como já foi dito aqui, deveriam é pedir a extinção dela, dessa cabideira de emprego. Eu não sei se a culpa é do órgão, se a culpa é do Governo Federal. Eu atribuo ao Governo Federal.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria aqui, meu amigo Quartiero, meu amigo Marcio Junqueira, que tanto gritou dentro desta Casa contra a demarcação da área



Raposa Serra do Sol, que daqui possa surgir um outro momento para que nós, brasileiros, possamos dizer ao nosso povo que nós lutamos; que nós defendemos a todo momento que a revisão da Raposa Serra do Sol seja feita. Isso não é bom para Roraima; isso é bom para o Brasil, isso é bom para os brasileiros.

Eu espero que apenas os discursos inflamados, da forma como os Parlamentares expuseram os seus posicionamentos, não terminem com o encerramento desta reunião. Que daqui possa nascer, sim, um novo momento; o momento da revisão da área Raposa Serra do Sol.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Deputado Reinaldo Azambuja.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA - Sr. Presidente, autor do requerimento Deputado Josué Bengtson, Sras. e Srs. Deputados, ao chegar à minha residência, no sábado à noite, eu assisti ao final de uma telenovela e, no finalzinho, no último capítulo, estavam elegendo uma Deputada Federal e mais uma vez fazendo uma brincadeira com o Congresso Nacional, com a Câmara Federal. Após aquela eleição, a eleita Deputada — muito bonita, por sinal — tirou uma fotografia com o diploma e uma saínia bem curta e tocou uma música ao final disso dizendo: “*Que Brasil é esse?*”

Eu me pergunto, Presidente: que Brasil é esse que nós vimos aqui hoje nesta audiência pública? Eu vi aqui a Regina, representando os produtores de Roraima, e vi lágrimas nos olhos, Presidente, de muitos Parlamentares aqui escorrerem quando ela e outros produtores, o Silvio, o Manoel, se expressaram.

Eu pergunto, Silvio: que Brasil é esse em que burocratas que ficam aqui em Brasília acham que conhecem mais a realidade dos povos indígenas de Roraima do que você, que representa 9 mil índios; do que o Manoel, que representa 3 mil índios, e representa com muita competência, mostrando a realidade que vocês gostariam de ter lá em Roraima, de poder conviver pacificamente com os nossos irmãos brancos que estavam ali e não foram ouvidos.

O que valeu e prevaleceu? Uma demarcação fraudulenta, com laudos que foram forjados, não ouvindo a população daquele Estado, não ouvindo as



comunidades indígenas e nem as pessoas que moram no Estado de Roraima. Aí a gente realmente se pergunta: que Brasil é esse?

Invocam aqui a Constituição Federal, como vi aqui a Dra. Lyllia falando da Constituição, mas não respeitam a Constituição. Nós vimos aqui o povo de Santa Catarina, o Prefeito, Deputados Estaduais, com títulos com mais de cem anos que foram daqueles colonos titulados pelo Estado. Que Estado é esse que titula um cidadão e aquele título não tem validade? É um Estado que titula e dá o calote no cidadão que recebeu esse título definitivo da sua propriedade e pagou por aquilo. Que país é esse em que nós vivemos hoje?

Convivendo com essas pessoas, e disse aqui o General e como muitos que me antecederam aqui, é a hora realmente de o Congresso Nacional, a Câmara reagir contra isso. E nós temos os meios, Sr. Presidente.

Eu e o Deputado Alceu Moreira, e acho que todos nós, merecemos realmente formalizar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, analisar esses processos de demarcação e esses laudos antropológicos, que são forjados, fabricados.

Lá no meu Estado, Mato Grosso do Sul, a Dra. Lyllia aqui citou a Aldeia de Dourados, que eu conheço bem. Tenho certeza de que, se não fosse esse monte de burocratas que ficam aqui em Brasília no ar-condicionado, formulando essas políticas indigenistas que não atendem a realidade... Vocês indígenas deveriam dizer a eles o que vocês querem, e não eles irem lá em Roraima impor a vocês o que vocês têm que querer.

A realidade está toda distorcida. Se essas pessoas saíssem daqui, se diminuíssem o tamanho da FUNAI, de burocratas que ficam ali dentro, não ia ter genocídio nem morte de indígenas, doutora, como existe na Aldeia de Dourados. Índios estão morrendo de fome pela não assistência da FUNAI, e a senhora conhece bem. Se o dinheiro da FUNAI, que 70% é gasto aqui em Brasília, fosse para atender aos indígenas desse Brasil, tenho certeza de que não haveria genocídio nenhum no Brasil e nem indígenas morrendo, porque são irmãos nossos.

Então, eu entendo, Sr. Presidente, e entendo vocês, Manoel e Silvio, e todos aqui, vendo a Regina que nos emocionou a todos, que realmente é preciso uma reação do Congresso para chamar essa responsabilidade, Presidente. Vamos montar essa CPI, vamos chamar a FUNAI, esses antropólogos.



O desrespeito à Constituição... E o Bolsonaro falou aqui: se está escrito na Constituição, e o Supremo Tribunal Federal, dentro da minha ignorância, diz que é o guardião da Constituição, então ela está sendo rasgada pelas maiores autoridades, em desrespeito ao povo brasileiro; em desrespeito a um cidadão de bem que eu vi aqui, proprietário lá de Santa Catarina, que tem um título que não vale nada, que foi titulado pelo Estado. E isso eu vejo no Brasil todo. Então, realmente, isso causa indignação.

Eu tenho certeza, Presidente, que as lágrimas nos olhos, inclusive de V.Exa., que escorreram hoje aqui, são de indignação. É de nós perguntarmos realmente: que Brasil é esse que não respeita os direitos de ninguém, no qual uma meia dúzia de “burrocratas”, que ficam no ar-condicionado, estão criando leis, atendendo ONGs com interesses escusos e não interesse do povo brasileiro, o que foi muito bem demonstrado aqui tanto pelos indígenas como pelos produtores e, principalmente, pelo povo de Roraima.

Então, Presidente, vamos nos indignar, propor essa CPI, pegar as assinaturas e chamar aqui na responsabilidade da Comissão da Agricultura para que a gente possa começar, realmente, a dar um recado à população brasileira.

Eu não quero ver mais a Câmara Federal ser motivo de gozação, como nós vemos todos os dias, e acho que muito disso é porque realmente nós estamos deixando que pessoas que não têm responsabilidade nem o amor pelo nosso Brasil tomem o lugar deste Congresso Nacional e das responsabilidades que a gente tem.

Era só, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, em nome do Sílvio, Manoel e da Regina, quero saudar a comunidade roraimense que veio aqui hoje. Como o Deputado Micheletto disse, nós estivemos lá, vendo, Deputado Quartiero, uma comunidade próspera. O Deputado Bolsonaro estava junto. Nós participamos daqueles dias. E, pasmem, disse o Micheletto: chegou um momento em que uma comissão de Deputados brasileiros tiveram que pedir autorização para ver se podiam entrar, Bolsonaro. Lembra? Nós,



Deputados brasileiros, se poderíamos ou não num determinado local. Imaginem o que pode ser reservado, Presidente, à comunidade brasileira.

Getúlio Vargas, conterrâneo de São Borja, já nos anos 40, criou aqueles Territórios: Roraima, Rondônia, Amapá, Acre. Por quê? Porque ele sabia que havia interesse naquela região. Esse é um grande problema que nós temos e é um exercício de Brasil. Essa é uma situação que nós temos.

O Ministro Reinhold Stephanes, quando Ministro, pediu à EMBRAPA o georreferenciamento, que se fizesse aquele levantamento, e demonstraram as questões indígenas, as Áreas de Preservação Permanente, as Áreas de Reserva Então, pelo que o Deputado Alceu Moreira coloca, praticamente sobra 20% do território brasileiro. São, como dizia o finado Leonel Brizola, os interesses contra o Brasil.

Se alguém tinha dúvida, não há dúvida nenhuma. Essa é uma questão e me somo a todos que já manifestaram a indignação, porque estive lá. Vi Rondônia. Também estive lá, vendo a roubalheira que faziam com as minas de diamante, os minérios que tinha lá em Roraima, dito pela população, os aviões que saíam de lá, daquelas minas que tem lá. Foi em Rondônia, e lá com vocês não é diferente.

Isso aqui está sendo reservado para alguém, e esse alguém não é o povo brasileiro, que somos nós, os nossos filhos, os nossos netos, sejam índios, brancos, negros. Não interessa! É o povo brasileiro que está sendo vendido.

Quando falam em Al Gore, Bill Clinton, Schwarzenegger, esses caras mataram todos os índios deles! Mataram tudo nos Estados Unidos! Não têm mais reserva! Aqui, o Brasil vai ser um cenário internacional para a *Rede Globo*, cujo Presidente, Roberto Lineu Marinho, é Presidente da WWF do Brasil, e o filho do Rainha da Inglaterra é Presidente da WWF mundial. Eles têm outros interesses nas questões ambientais, nas questões indígenas, nas questões quilombolas. É de fora para dentro que vêm dizer o que nós do Brasil temos que fazer!

Nós, Deputados, aqui, o que nós precisamos fazer, Deputado Bengtson, e parabenizar pela propositura desta reunião? Deputado Quartiero, nós temos que fazer como brasileiros! Aqui, Deputado de qualquer partido, da base do Governo, contra o Governo, não interessa, mas nós, como brasileiros, temos que tomar uma posição. O Deputado Alceu Moreira, o Deputado Azambuja, vamos fazer isso aqui,



seja contra a FUNAI, contra o INCRA ou contra ONG, contra quem vem aqui no Brasil querer dizer o que nós temos que fazer.

Dizia outro dia um ambientalista: nós vamos agora... O turismo ecológico... A *Rede Globo* vai vender os seus filmes! O Al Gore já ganhou quantos milhões de dólares, vendendo os seus filmes pelo mundo afora? Ele vem, filma isso aqui e mostra vocês. Ele está filmando vocês lá, os índios, irmãos de vocês. Ele está ganhando dinheiro, enquanto vocês, miseravelmente, estão vivendo hoje aqui, morrendo de fome!

Eu vi lá. Eu sou agrônomo, Quartiero. Vi o Estado de Roraima, vi agora os arrozeiros que estão aqui comigo, pensando para plantar, pagando para plantar. Vi o que você fez, Quartiero, você e os outros colegas que foram para lá. Não tinha variedade, não tinha adubo, não tinha nada! Fizeram uma lavoura, que eu vi, como agrônomo que sou, três colheitas por ano!

O Estado de Roraima tem terra como poucos lugares do Brasil têm. Tem água doce, que é uma das maiores reservas do mundo; tem clima, tem gente, tem mata, tem reservas minerais. É isso que o mundo está olhando! E nós estamos aqui assistindo, passivamente, ficar com 80% do território sem fazer nada! São os outros interesses que existem e que se escondem atrás dos índios. Vocês são um bode expiatório, são a massa de manobra deste País!

Por isso, Presidente, esta Comissão hoje... Acho que é histórico o que nós estamos fazendo aqui hoje. É um grito de rebelião que nós temos que fazer contra o que se faz no Brasil. O Presidente Lula, que assinou esse decreto e levou o nosso relatório, não viu! Deputados de todos os partidos, Bolsonaro, estavam lá naquele momento, e viram um relatório sério!

O Ministro Ayres Britto, do Supremo, fez a condenação. O que se pedia? Um milhão e setecentos mil hectares, no máximo, 80 a 100 mil hectares, para alguém poder sobreviver; para alguém sobreviver; para dar comida para vocês, que pagassem um arrendamento para vocês. Vocês podiam receber e viver muito bem. Uma represa... Vocês não têm energia elétrica. Uma empresa de quase 100 *megawatts*, do Rio Cotingo, que não se pode fazer... A energia elétrica é a *diesel*, e a sociedade brasileira paga pelo *diesel* para poder pagar aquela energia elétrica. E tem hidrelétrica para fazer! Tem tudo para fazer. A riqueza que tem lá, eu vi.



Ouvi com o Deputado Rodolfo e outros que estiveram lá naquela ocasião, um índio, como ele era índio, de origem de índio, um médico. Era Deputado naquele momento conosco, o Márcio Junqueira.

Essa é uma questão que eu acho que neste momento nós estamos nesta Comissão aqui dando um brado, um alerta levantado pelo Quartiero tantas vezes. Está aqui, incriminado por quê? Por que defendeu o Brasil, Quartiero? Esse é o crime que você fez, por defender o Brasil. Ser contra quem?

O cara rouba aqui dentro, assalta aqui dentro, e está tudo bem, está todo o mundo solto! Quarenta mensaleiros, Bolsonaro, quarenta vão ser soltos! Ninguém vai fazer nada contra eles. Agora, a *Veja* mostra 1 bilhão de sonegação. Podem acreditar no que eu vou dizer: não vai acontecer nada! O cara entregou aquele *jet ski*, o cara entregou uma ilha, entregou não sei o quê... Miséria! Não vai pagar nada! Quem tem dinheiro se safa.

Nós vimos aí, Bengtson, aqueles 16 produtores rurais, 168 hectares de quilombos, que o Presidente Lula assinou. Um crime contra aquelas pessoas! Um cara tem meio hectare, outro cara tem 2 hectares. A maior área de um negro, 24 hectares. Tiraram a terra deles! Tiraram a terra! Três gerações, quatro gerações, com escritura. O que vale isso? Nada! Um decreto presidencial.

Esse projeto que nós temos que acertar, que o Deputado Serraglio é Relator, é um compromisso nosso, de cada partido acertar isso. Esta Casa é que tem que decidir. Não é o decreto da FUNAI, um decreto do INCRA, um decreto do Presidente. Se encerram lá no Ministério e dizem que vão fazer, e o povo não é ouvido. Vocês nunca foram ouvidos!

Eu ouvi, quando estive em Roraima: tem gente que saiu das terras, tiraram as terras deles há mais de 50 anos e não receberam nada. Que crime é esse? Qual é compromisso do Brasil com essa gente? Que Governo é esse? Não é esse Governo, é qualquer Governo. Desde aquela época já se fez.

Por isso, pessoal, acho que aqui este momento é histórico, viu Quartiero? Essa sua questão é nossa! (*Palmas*) Não é sua, não é dos Deputados de Roraima. (*Palmas.*) Isso é do Brasil! É isso que nós temos que fazer. Senão, o que nós vamos fazer para o nosso País?



Nós estamos entregando tudo, de braços cruzados, aplaudindo, melhor governo do mundo, e nós estamos entregando a nossa Pátria para o internacionalismo. Vêm os Estados Unidos, vêm os americanos, vêm os europeus, vêm os asiáticos, todo mundo dizer o que nós temos que fazer aqui dentro. E que Brasil é esse? Nós, o que temos fazer aqui? Eu queria ver se...

Os Deputados estavam discutindo Código Florestal, veio WWF, veio ONG, se acorrentarem aqui dentro da Câmara dos Deputados. Se fôssemos nós, lá na Alemanha, na Inglaterra, na Itália, em qualquer país, nos Estados Unidos, no Japão, o que fariam? Presos! Matavam os nossos caras, Bolsonaro! Agora, os caras vêm aqui, dizem o que nós temos que fazer, e nós o que vamos fazer?

Nós somos brasileiros! Este País é nosso! Não é de ninguém mais! Os índios que vieram, os imigrantes alemães, como eu, italiano, como tu, Quartiero, nós que... Hoje é o Brasil, nós somos todos brasileiros. Agora vêm os caras lá de fora e dizem o que nós temos que fazer!

Doutora, eu sei, posso até acreditar na sua boa vontade. Tem gente que sonha com um Brasil diferente, mas o Brasil real é diferente, essa gente que está lá vivendo no dia a dia morrendo de fome. Eu posso sonhar com o Brasil. Sonhe com ele. Agora, a realidade é outra; a triste realidade daqueles que sustentam este País.

Por isso, acho que hoje aqui, Deputado Reinaldo e demais colegas Parlamentares, está saindo um movimento. Um movimento tem que nascer dessa reunião, Quartiero, para auxiliar não você, mas auxiliar o Brasil para preservar o que nós temos aqui hoje.

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - O Deputado Paulo Piau já saiu. Vamos para o último inscrito, Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, eu sei que já se avança a hora, mas eu, como Deputado de Roraima e como um dos que vive no dia a dia todo esse problema, não poderia deixar de aqui, em breves palavras, também colocar a minha posição.

Quero justificar minha ausência ao longo dos trabalhos desta audiência pública porque sou, ou fui, requerente de uma audiência pública, onde foi convidada a Receita Federal do Brasil, de Foz de Iguaçu, a Polícia Federal e outros órgãos,



para prestar esclarecimento sobre mercadorias e bens apreendidos em todas as fronteiras e que são bilhões de dólares que ficam ali apodrecendo, sendo deperados. Então, nós queremos saber e até colher subsídios para que nós possamos ter um encaminhamento mais rápido no desvencilhamento dessa enorme e fantástica soma de recursos oriundos de apreensões e contrabandos ao longo de toda fronteira brasileira.

Pois bem, quero dizer, Presidente, que sou signatário da PEC 117, que está apensada à PEC 215, da qual o Deputado Osmar Serraglio é o Relator na CCJ. Nós esperamos que essa minha contribuição junto com outras possa trazer um norteador para a questão indígena de todo o Brasil.

Nós também queremos fazer coro àqueles que entendem que a palavra não pode ser única e exclusiva de um antropólogo. Na verdade, como já disseram aqui, o antropólogo é o deus da questão de demarcações de terra indígena, com base no Estatuto Indígena e no decreto que regulamentou a questão. Nem o Presidente da República pode alterar para mais ou menos o que o antropólogo colocou ali, segundo o entendimento hoje.

Quero aqui, Sr. Presidente, manifestar minha surpresa em não ver a imprensa nacional aqui, a imprensa que embalou o Ministro Carlos Ayres Britto e quase toda nossa Suprema Corte nessa questão. Porque eu disse ali, na semana seguinte da decisão do Supremo Tribunal Federal, da tribuna da Câmara dos Deputados, que eu até imaginava o sentimento que norteou o Ministro Carlos Ayres de Brito quando ele estava fazendo o seu voto. Eu disse que o voto era tão utópico, o voto era tão romântico, tão distante do mundo real que eu até chegava a imaginar que o Ministro, quando escrevia seu voto, fechava os olhos e conseguia ver o índio Peri, de *O Guarani*, correndo nu pelos campos naturais de Roraima. Eu até imaginei isso. Minutos depois, ao chegar ao meu gabinete, para minha surpresa, eu recebi um telefone do gabinete do Ministro me inquirindo, questionando meu pronunciamento, que fora desairoso com a pessoa do Ministro. Mas essa é a verdade!

Eu quero dizer aqui que o Supremo Tribunal Federal extrapolou, rasgou o devido processo legal, que é um marco de qualquer sistema de qualquer regime democrático de Direito. Ora, está ali uma questão que, por si só, já seria objeto para anular o processo e voltar ao processo de Raposa Serra do Sol em 1992. Porque,



naquele grupo interministerial de trabalho, consta do relatório da FUNAI um laudo feito pelo professor da USP José Juliano de Carvalho, justamente a pessoa que, segundo o laudo, elaborou o trabalho de avaliação econômica do que seria a Raposa Serra do Sol, tanto para a questão do Estado como para a questão da reserva. E o Juiz Helder Girão Barreto, do Estado de Roraima, quando apreciou essa questão em primeiro grau, constituiu uma comissão que fora fazer um trabalho de aprofundamento. E eis que, contatado, o professor da USP José Juliano de Carvalho disse o seguinte: “*Eu não conheço Roraima, eu nunca fui a Roraima, eu nunca soube que fui membro desse grupo interministerial de trabalho*”. Então, este é o costumeiro trabalho da FUNAI nas questões das reservas indígenas do Brasil.

Para completar, quando mencionaram aqui a forma como tratam Deputados e outros cidadãos, eu não posso deixar de registrar que o General Monteiro, Comandante da Brigada, Comandante máximo do Exército brasileiro em Roraima, foi convidado a descer de um helicóptero porque ele não poderia ir numa reunião que estava sendo realizada, salvo engano, na Fazenda Manga Brava, e quem estava no helicóptero era aquele cidadão brasileiro que falava americanizado, o Mangabeira Unger. Então, se um general do meu Exército, do Exército de Caxias, não pode ir a uma reserva indígena; se eu, como Deputado legitimamente eleito, também não posso, que país é esse?

Quero aqui, Deputado Maldaner, e me perdoe o que vou lhe dizer agora e aos sulistas: nós passamos 30 anos gritando nas pradarias de Roraima sem que nos ouvissem. Agora o Brasil inteiro nos ouve, como ficou bem claro aqui, mas é porque a questão chegou a Santa Catarina, chegou ao Paraná, chegou ao Rio Grande do Sul; chegou ao “sul maravilha”, que sempre ficou tomando a brisa do Atlântico e via a Amazônia como se fosse um peso para a Nação brasileira. É por isso que hoje todo o Brasil entende o que aconteceu com os senhores, o que aconteceu com as comunidades indígenas, o que aconteceu com Roraima, o que aconteceu com o Brasil.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Antes de concluir os trabalhos, a Lyliá gostaria de se manifestar? (*Pausa.*) Não?



Então, eu gostaria, antes de concluir os trabalhos, e, é claro, eu fico preocupado, como diz o Tiririca, os Deputados trabalham muito e produzem pouco. Quer dizer, tomara que não fiquemos só aqui, nesta... Nós temos que encontrar uma solução. Há muitos projetos tramitando aqui para mudar a Constituição, PECs. Eu também tenho uma tramitando.

Mas como foi dito aqui, mexeu-se com todo o Brasil, na região onde eu moro também. Nós temos lá 2.715 hectares que envolvem 170 famílias de pequenos agricultores. Olhem a média: 170 famílias de agricultores, nos Municípios de Cunha Porã e Saudades. Aí, fomos ao Presidente do Senado, o José Sarney, que deu risada porque achou uma área tão pequena. Disse que lá, no Maranhão, são 265 mil hectares que estão sendo discutidos. Mas aí ele nos aconselhou, e nós fomos à Advocacia-Geral da União. O Ministro Luís Adams estava propondo um acordo, o Ministro da Justiça também, e determinou ao Presidente da FUNAI, o Márcio, que ouvisse os índios. Os índios concordam em nós darmos uma outra área para eles. São 10 famílias, 12 famílias de guaranis, que concordam em nós darmos a eles outra área. O problema é que o CIMI, ali, tem outros interesse por trás, e não estão concordando. Então, estamos com esse problema.

Mas esse assunto está mexendo com todos nós, com o Brasil inteiro. Ainda hoje me ligava... E esses agricultores pagaram um antropólogo lá, também. E deu o contrário: que nunca houve índio nessa...

Então, esse é um assunto que está sensibilizando todo o Congresso Nacional e vamos trabalhar para encontrar uma solução que seja um ganha-ganha, bom para os dois lados. Isso é que é importante.

Vou encerrar esta reunião, antes, porém, convoco os Srs. Deputados a participarem de reunião deliberativa amanhã, dia 24 de agosto, quarta-feira, às 10h, neste plenário.

Está encerrada a presente reunião. Às 5h é a audiência pública.

Muito obrigado pela presença a todos. *(Palmas.)*